



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUCIANE CRISTINA PEDRONI FANHANI

ASPECTOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E SUAS INFLUÊNCIAS NO
DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS

PALMAS – TO

2016

LUCIANE CRISTINA PEDRONI FANHANI

**ASPECTOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E SUAS INFLUÊNCIAS NO
DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação *Stricto Sensu* em
Desenvolvimento Regional da Universidade
Federal do Toc
antins, como pré-requisito para a obtenção do
título de mestre.
Orientador: Manoel Xavier Pedroza Filho.

PALMAS – TO

2016

LUCIANE CRISTINA PEDRONI FANHANI

**"ASPECTOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E SUAS INFLUÊNCIAS NO
DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS".**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Xavier Pedroza
Filho

Aprovada em 23/05/2016.

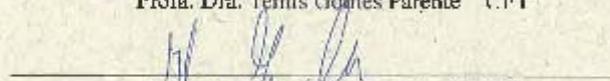
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Manoel Xavier Pedroza Filho (Orientador)



Profa. Dra. Temis Gomes Parente - UFT



Prof. Dr. Miguel Pacifico Filho - UFT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F211a FANHANI, Luciane Cristina Pedroni.

Aspectos de formação histórica e suas influências no desenvolvimento do Tocantins. / Luciane Cristina Pedroni FANHANI – Palmas, TO, 2016.
68 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2016.

Orientador: Manoel Xavier Pedroza Filho

1. Regionalização e Economia. 2. Trajetória de Colonização. 3. O Processo de Criação e Formação do Estado do Tocantins. 4. Título. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aos meus pais, Angelo e Aparecida, com amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, pela minha vida e realização desse trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos.

Ao professor Manoel Xavier Pedroza Filho, pelas orientações.

Ao professor Waldecy Rodrigues, pelas contribuições durante a qualificação.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional que contribuíram para o meu aprimoramento intelectual.

Aos professores Célio Antônio, Temis Parente e Airton Cançado pela disponibilização de material e pelas contribuições valiosas durante o curso.

Aos professores AndrePugliese e Suzana Gilirole por terem disponibilizado a carta de apresentação.

À professora Claudia Noletto pelo acompanhamento no estágio docente.

Às secretárias do programa pela presteza.

Às minhas filhas Fernanda e Ana Paula, que acompanharam todas as fases desse estudo comigo, passando pelas alegrias, tristezas, desânimos, choros, vontades de desistir e acima de tudo pela vontade de concluir.

A todos os colegas de turma que estiveram comigo nesses dois anos de mestrado, saibam que foram importantes na minha caminhada, aprendi com todos e levo um pouco de cada um comigo no coração.

Aos meus amigos da Comunidade Doce Mãe de Deus, sempre presentes.

ASSIM EU VEJO A VIDA

*A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão
desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.*

Cora Coralina

RESUMO

Este estudo é uma análise histórica comparativa do desenvolvimento socioeconômico das regiões norte e sul de Goiás, desde a descoberta do ouro em 1723, até quando se deu a bipartição de Goiás em 1988, originando o estado do Tocantins. No desenvolvimento da pesquisa analisou-se não só a importância do território e a regionalização da economia brasileira no início do século XX, mas também os aspectos socioeconômicos da antiga região norte e sul de Goiás, apontando os fatores históricos que foram determinantes para o desenvolvimento de cada uma. Analisou-se o desenvolvimento da pecuária, agricultura, estradas, ferrovias, portos e a origem da formação da população de Goiás. Na metodologia a abordagem escolhida foi a qualitativa. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica. Concluiu-se com a pesquisa que os fatores determinantes da diferença no desenvolvimento de Goiás e Tocantins não são recentes, acumularam-se ao longo dos anos, provocando a enorme diferença populacional, urbanística e econômica existente hoje entre os dois estados.

Palavras-chave: Goiás; Tocantins; Território; Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT

This research is a comparative historical analysis of the socio-economic development of the northern and southern regions of the state of Goiás, since the discovery of gold in 1723 to the secession of Goiás in 1988, resulting in the state of Tocantins. In the development of the research it was analyzed not only the importance of the territory and the regionalization of the Brazilian economy in the early twentieth century, but also the socioeconomic aspects of the former northern and southern regions of the state of Goiás, pointing out the historical factors that were instrumental in the development of each region. It was also analyzed the development of livestock, agriculture, roads, railways, ports and the origin of the establishment of the population of Goiás. Regarding methodology, the approach was qualitative. As tool for data collection it was used documentary and bibliographic research. It was possible to conclude after the research that the factors determining the difference in the development of Goiás and Tocantins are not recent; they have accumulated over the years, causing huge populational, urban and economic difference existing currently between the two states.

Keywords: Goiás; Tocantins; Territory; Socio-economic development.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CODECO - Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CMBEU - Comissão Mista Brasil Estados Unidos

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PI - Política Industrial

PIB – Produto Interno Bruto

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SPVERFSP - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

SUFRAMA - Zona Franca de Manaus

UFs- Unidades Federativas

UFT - Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores determinantes do processo de acumulação de capital.....36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- População de Goiás e Tocantins de 1990 a 2014.....	62
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Estado do Tocantins.....	60
Mapa 2- Estado de Goiás.....	61
Mapa 3- Índice de Urbanização das Unidades Federativas -2010.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produção de ouro nas minas dos Goyazes no período de 1726 – 1822.....	41
Quadro 2- População das capitais, Goiânia e Palmas, e percentual de crescimento apresentado de 1990 a 2014.....	57
Quadro 3- População urbana em (%) no Brasil, nas Regiões Norte e Centro-Oeste e das UFs – Tocantins e Goiás no período de 1991/2010.....	63
Quadro 4- Participação das cinco grandes regiões no Produto Interno Bruto do Brasil – 1990 a 2010 em (%).....	66
Quadro 5- Participação das UFs Goiás e Tocantins no PIB - do Brasil no período de 1990 a 2010 em (%).....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Procedimentos metodológicos.....	4
Abordagem metodológica.....	4
Abordagem qualitativa.....	5
Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	6
Análise e interpretação dos dados.....	7
Estrutura dos capítulos.....	8
CAPÍTULO I – REGIONALIZAÇÃO E ECONOMIA.....	9
1.1 Território.....	9
1.2 O pensamento Keynesiano.....	10
1.3A regionalização da economia brasileira	12
1.4 A influência Cepalina.....	13
1.5 O processo de descentralização político-administrativo.....	16
1.6 A primeira e segunda geração de políticas regionais.....	18
1.7 A teoria do desenvolvimento endógeno.....	20
CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA DE COLONIZAÇÃO.....	23
2.1 A chegada dos portugueses no Brasil.....	23
2.2 A pecuária.....	27
2.3 Agricultura	29
2.4 Estradas e ferrovias e portos.....	30
2.5 Origem da formação da população e cultura de Goiás.....	32
2.6 A indústria em Goiás.....	34
2.7 A primeira cisão	36
CAPÍTULO III – O PROCESSO DE CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	39

3.1 A Divisão Territorial Brasileira.....	39
3.2 O sonho realizado.....	40
3.3 Uma nova capital.....	41
3.4 Mudança geográfica, política e populacional de Goiás após a bipartição.....	44
3.5 A urbanização em Goiás e Tocantins.....	48
3.6 Aspectos econômicos.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento foi construído e modificado, ao longo dos anos, por autores diferentes, entendimentos variados e teorias que se complementam, porém, todas com um mesmo interesse, apresentar a melhor definição do que vem a ser desenvolvimento e como ele ocorre.

Para maiores esclarecimentos sobre o tema, serão abordados conceitos e entendimentos desenvolvidos e defendidos por autores cujo pensamento constituiu teorias diversas.

Desenvolvimento é um processo onde ocorre transformação econômica, política e social. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país passam por contínuas e profundas transformações (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Conceituar o desenvolvimento econômico não é suficiente para quem conhece as implicações sociais e políticas que o acompanham. Não raro, as expressões desenvolvimento e crescimento econômico são utilizadas como sinônimos.

O desenvolvimento é entendido como um processo de transformação global e seu resultado mais importante, ou direto é o crescimento do padrão de vida da população. Mas, se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações nas estruturas sociais e políticas e, em contrapartida se o desenvolvimento social e político não forem resultados e causas de transformações econômicas, será porque não ocorreu o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Mesmo que os instrumentos utilizados para medir ou entender como se dá o desenvolvimento sejam diferentes, o objetivo continua sendo o mesmo, explicar como ocorre o desenvolvimento num país, numa região ou até mesmo numa cidade. Segundo Souza (2012, p.1) “A questão do desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas, originadas na maior parte dos casos das crises econômicas do sistema capitalista”.

Os defensores das teorias clássicas de crescimento da economia convencional consideravam o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, porém, uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, defende que crescimento é condição indispensável para que ocorra o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (SOUZA, 2012).

Fazem parte da conhecida segunda corrente autores de orientação crítica que defendem que para existir desenvolvimento econômico é fundamental que ocorram mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e institucionais.

Essas mudanças devem ocorrer principalmente para as economias subdesenvolvidas, e veem como sendo difícil a possibilidade de uma sociedade que se integra tardiamente a dinâmica global de acumulação superar os graves problemas do subdesenvolvimento e alcançar o desenvolvimento (ENRÍQUEZ, 2010).

Para os estruturalistas, o fenômeno do subdesenvolvimento ocorre com a formação das economias centrais e periféricas e acreditam ser impossível que o padrão de consumo praticado pelos países que lideram a revolução industrial seja universalizado.

De acordo com Furtado (2004, p.3) “O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”.

Defende que o desenvolvimento não deve ser entendido como um processo de acumulação e de aumento de produtividade, mas principalmente como uma forma de acesso a possibilidades sociais, aptas a estimular a criatividade humana e responder as necessidades da coletividade (FURTADO, 2004) O entendimento do que é desenvolvimento vai além da contribuição econômica, ele é uma questão teórica e política relevante.

Num país que se encontra diante de tantos desafios, como o de entender melhor as disparidades regionais e de enfrentá-las com a participação ativa dos que vivem nas regiões que a globalização excludente decretou como perdedoras (THEIS, 2013).

A concepção de desenvolvimento tem evoluído e deixou de entender o território somente como um espaço físico de suporte para os processos e atividades econômicas. Passou a entender território através das relações sociais existentes, qualidade de vida, técnicas produtivas, expressões culturais, meio-ambiente e através das transformações que ocorrem.

Segundo Denuzi (2012, p.15) “Entender o conceito de território é fundamental para compreender a relação entre a sociedade, o desenvolvimento econômico e seu espaço”. O território visto como material é tudo que o constitui como infraestrutura, agricultura e indústrias, enquanto a história, as ações e normas utilizadas fazem parte da constituição do território imaterial (SILVEIRA, 2011).

Devemos entender que existem diversidades nos territórios, existem características próprias nos ecossistemas e nas culturas de cada região, porém existem também desigualdades que por vezes nascem das relações dos indivíduos, grupos, classes sociais, que se forjam no cotidiano da sociedade produtora de mercadorias (THEIS, 2013). Utilizando-se de estudos que apontam a diferença no desenvolvimento econômico e social das regiões norte e sul de Goiás, em 1988 foi apresentada e votada a proposta de bipartição do estado de Goiás permitindo a criação do estado do Tocantins.

O processo de desmembramento de estados se justifica pelo povoamento e valorização das regiões interiores do país, permite a autonomia política, planejamento econômico e social do território. Com a criação do estado foi determinado seu domínio terrestre, através de linhas de fronteiras, que informam até onde vai o território sobre o qual exerce soberania (REDEFOR, 2012). Após a criação do Tocantins foi possível observar a grande diferença no produto interno bruto – PIB, dos dois estados.

Tocantins apresentou o PIB - inferior ao apresentado por Goiás. A diferença pôde ser observada desde os primeiros anos da criação do estado e cresceu nos anos seguintes. Tal fato despertou o interesse em compreender o que gerou essa diferença ou quais são os fatores determinantes ou responsáveis pela desigualdade no desenvolvimento dos estados de Goiás e Tocantins?

A justificativa para esse trabalho de dissertação está relacionada à necessidade de compreender os fatores que determinaram as diferenças históricas do crescimento e desenvolvimento dos estados de Goiás e Tocantins.

Sabe-se que Tocantins formava a região norte de Goiás, e ainda assim, o crescimento e desenvolvimento do estado não tem acompanhado o de Goiás.

Segundo Denuzi (2012, p. 15) “A relação entre espaço e a ação dos indivíduos mostra que a disparidade entre as regiões não é novidade e nem exclusiva de uma determinada região. Esse fenômeno é passível de observação”.

A pesquisa se propõe através de um estudo histórico sobre a formação da região norte e sul de Goiás, compreender quais fatores foram determinantes para que o desenvolvimento da região norte de Goiás fosse diferente do desenvolvimento da região sul.

Estudar os motivos que ocasionaram essas diferenças ajudará nas decisões das ações ligadas a investimentos destinados ao apoio do desenvolvimento e crescimento do Tocantins.

A vinculação da pesquisa histórica com as preocupações presentes sobre as questões de desenvolvimento regional pode levar a múltiplas contribuições (LINHARES, 2011).

A pesquisa proposta se insere dentro da linha de pesquisa em economia, planejamento e desenvolvimento regional, do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins.

O objetivo principal da pesquisa foi definido como sendo:

Identificar os fatores históricos determinantes do desenvolvimento e crescimento do estado do Tocantins a partir de uma análise histórica com Goiás.

Após determinar o objetivo geral faz-se necessário desenvolver os objetivos específicos a fim de obter a resposta precisa para o que foi proposto.

a) Realizar uma análise histórica referente à formação socioeconômica da região norte e sul de Goiás a partir da descoberta do ouro em 1725 até 1988.

b) Relatar a criação do estado do Tocantins.

c) Apresentar os dados relacionados ao crescimento populacional, a urbanização e ao PIB de Goiás e Tocantins após a bipartição.

Procedimentos metodológicos

Para realização do trabalho foram escolhidos os métodos, histórico e comparativo, pois, na pesquisa em questão eles se complementam e permitem um melhor desenvolvimento do que foi proposto no estudo. A abordagem escolhida foi a qualitativa, a qual possibilitou a utilização da descrição na pesquisa e permitiu que os métodos escolhidos fossem trabalhados adequadamente. Os instrumentos de coleta de dados foram a pesquisa documental e a bibliográfica. Através desses instrumentos foi possível a obtenção dos dados necessários para a construção do trabalho. Ambas obedecem aos critérios impostos no uso dos métodos, não se contrariam simplesmente se complementam.

Abordagem metodológica

O método científico é utilizado pela ciência para se obter a veracidade dos fatos, para tanto, são utilizados instrumentos ou operações mentais e técnicas que possibilitem a verificação e são passíveis de serem repetidos. Pode-se definir método como sendo o caminho

para se chegar a determinado fim e o método científico como sendo os procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para chegar ao conhecimento (GIL, 2009).

Na realização da pesquisa proposta os métodos escolhidos foram o histórico e o comparativo. O método histórico foi escolhido porque foram abordados fatos ligados a colonização brasileira e a formação socioeconômica das regiões norte e sul de Goiás. O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, ou seja, ele estuda o passado (MARCONI E LAKATOS, 2009).

O emprego do método comparativo foi necessário para verificar as semelhanças e diferenças na formação da região norte e sul de Goiás e para demonstrar como essas diferenças influenciaram no crescimento e desenvolvimento de Goiás e Tocantins ao longo dos anos. O método comparativo é utilizado para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado e pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação (LAKATOS e MARCONI, 2009).

Abordagem qualitativa

O estudo realizado baseia-se numa abordagem teórica de caráter descritiva e essencialmente qualitativa. Descritiva porque permite que sejam apresentadas as diferenças históricas levantadas através da pesquisa documental e bibliográfica. Os estudos descritivos caracterizam-se por expor aspectos de determinada população ou de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2009).

Na pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzida em números (SOUZA, FIALHO E OTANI, 2007). Foi escolhida a pesquisa qualitativa porque ela permite que sejam empregados vários métodos e técnicas para se chegar ao resultado, permitindo inclusive a integração de dados qualitativos com dados quantitativos. A coleta de dados ocorreu através da utilização da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica em dados secundários.

Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

A pesquisa documental foi utilizada para obter informações sobre a criação do estado do Tocantins e a construção da capital, Palmas. A pesquisa documental é aquela que permite através de investigação documental estudar tanto a realidade presente como o passado, utilizando-se da pesquisa histórica (CERVO, 2007).

O documento analisado sobre a criação do Tocantins foi: O art. 13 do ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil que apresenta as principais diretrizes determinadas na criação do estado.

A pesquisa bibliográfica permitiu que fossem levantados materiais pertinentes ao tema estudado. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 65) “A pesquisa bibliográfica procura explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas”.

Primeiro consultou-se a biblioteca da UFT com o objetivo de verificar quais obras sobre a criação do estado do Tocantins, história econômica e desenvolvimento regional estavam disponíveis para consulta e locação. O resultado foi preocupante, descobriu-se que na biblioteca da UFT de Palmas, não havia material suficiente sobre nenhuma das áreas pesquisadas. Um poucas obras encontradas sobre a criação do estado do Tocantins e sobre desenvolvimento regional só estavam disponíveis para consulta na própria biblioteca por apresentar um único exemplar. Foram encontradas algumas obras para locação de história econômica.

A busca bibliográfica também foi realizada em bibliotecas particulares, onde foram encontradas obras que contribuíram na realização do trabalho. Depois de pesquisar as bibliotecas da UFT e particulares, foi necessária a aquisição de algumas obras.

Após esse processo iniciaram as buscas por artigos no site da SciELO, e de teses e dissertações no banco da CAPES, sobre a formação de Goiás e Tocantins, território e o desenvolvimento econômico das regiões brasileiras. Encontrado os materiais foi feita uma leitura para verificar quais poderiam ser aproveitados no trabalho e quais deveriam ser descartados, pois, nem todos atendiam o que se buscava para responder aos objetivos da pesquisa. Como critério de seleção, utilizou-se de obras que são resultado de pesquisa científica. Para validação das obras buscou-se alguns autores diferentes e fez-se uma comparação das obras para verificar sua autenticidade.

Os dados econômicos, populacionais e estatísticos utilizados na dissertação foram pesquisados no site do IBGE. Optou-se pelo site devido a confiabilidade transmitida pelas

pesquisas realizadas ao longo dos anos. Conforme Gil (2010, p. 29) “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”.

Na realização de pesquisa acadêmica é comum a utilização da pesquisa bibliográfica como um meio de auxílio aos estudos propostos. Ela oferece um apanhado geral sobre os principais trabalhos publicados e pode fornecer dados atualizados e relevantes, relacionados ao tema. O aproveitamento do material adequado vai depender da capacidade do investigador em levantar os subsídios de melhor qualidade para o trabalho (LAKATOS E MARCONI, 2009).

Análise e interpretação dos dados

A organização dos dados se faz necessária tanto na pesquisa quantitativa como qualitativa para que sejam analisados pelo pesquisador. A análise dos dados tem o objetivo de organizar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema investigado (GIL, 2009).

A pesquisa documental exigiu a leitura do material e a separação do que poderia ser útil na construção do trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para obtenção dos dados secundários, e teve início após a qualificação, onde foi sugerida a mudança do tema pela banca avaliadora. Em julho de 2015, foram iniciadas as visitas a biblioteca da UFT, em busca de obras ligadas ao novo tema proposto. Quando encontrada, era feito um fichamento manual com base nas informações da capa e contracapa, além de uma leitura onde eram realizados os apontamentos tanto formais quanto informais dependendo do material analisado. Os apontamentos também continham o número da página para facilitar a localização durante a construção do trabalho. O fichamento também agregou endereços eletrônicos.

A leitura seletiva foi realizada permitindo que fossem separadas somente as obras que pudessem contribuir com a construção do trabalho.

A busca por materiais digitalizados ocorreu em várias etapas da construção do trabalho, sempre buscando o melhor conteúdo para ser trabalhado principalmente referente aos dados secundários obtidos através das pesquisas realizadas pelo IBGE.

O IBGE foi escolhido como fonte de dados devido a confiabilidade dos censos e de pesquisas realizados. Os dados referentes a população dos estados, Goiás e Tocantins, e das

capitais, Palmas e Goiânia, foram apresentados a partir de 1990 quando se deu a implantação oficial da capital, Palmas, e seguiu até 2014.

Os dados da urbanização foram trabalhados de 1991 a 2010, seguindo as informações dos últimos três censos demográficos realizados no Brasil. E para apresentar as informações econômicas foram escolhidos períodos que representam o início das décadas de 1990, 2000 e 2010, seguindo as informações das Contas Regionais do Brasil – IBGE.

Estrutura dos capítulos

Na busca da resposta ao problema da pesquisa os objetivos, o referencial teórico e a metodologia definida, estruturam-se como fonte de apoio para encontrar a resposta.

O trabalho está composto de introdução, três capítulos e considerações finais. Divididos na seguinte ordem. A introdução foi composta pelos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, problema da pesquisa, justificativa, objetivos geral e específicos e da metodologia utilizada para realização da pesquisa.

No capítulo um, foi feita uma discussão teórica sobre território e sua importância. Mensura o pensamento de Keynes e as fases da industrialização no Brasil, a influência Cepalina e segue a discussão sobre o processo de descentralização político-administrativo, políticas regionais até chegar ao desenvolvimento endógeno.

No capítulo 2 são apresentados fatos históricos sobre a formação de Goiás e as diferenças no crescimento e desenvolvimento das regiões norte e sul goianas, responde ao primeiro objetivo específico da pesquisa.

No capítulo 3 é descrita a criação do estado do Tocantins e as mudanças populacionais e políticas que ocorreram após a bipartição em 1988. São apresentados através de informações, gráficos e quadros as diferenças no PIB de Goiás e Tocantins referente ao período de 1990 a 2010, responde ao segundo e terceiro objetivos específicos.

Nas considerações finais apresentou-se o entendimento do pesquisador sobre o que foi estudado na pesquisa e quais os principais fatos responsáveis pelas diferenças históricas na formação do norte e sul de Goiás.

CAPÍTULO I – REGIONALIZAÇÃO E ECONOMIA

O referencial foi construído com o intuito de dar sustentação teórica a pesquisa. O capítulo foi distribuído da seguinte forma: primeiro foram apresentados os argumentos em prol da defesa da fragmentação de um ente federado ressaltando os aspectos de formação territorial e econômica. Na sequência, foram abordadas as teorias Keynesiana e Estruturalista e a regionalização da economia brasileira. A influência Cepalina nas políticas de desenvolvimento regional brasileiras até a década de 1970. Em seguida trabalhou-se a década de 1970 e 1980, a crise do petróleo e o processo de descentralização político-administrativa e o início da segunda geração de políticas regionais. Encerrou-se o capítulo abordando os anos de 1990, a globalização e a ênfase no desenvolvimento endógeno.

1.1 Território

Na historiografia brasileira é possível encontrar a descrição de ações e movimentos políticos regionais de lutas pela transformação de algumas regiões em novas unidades federativas através da bipartição de estados existentes.

Os argumentos utilizados nos discursos em prol da defesa da fragmentação de um ente federado para criação de outro envolve questões de natureza, geoeconômica¹ e geopolítica², com significados diferentes no tempo e no espaço.

Os discursos geoeconômicos partem do pressuposto de que o desenvolvimento econômico de uma região é influenciado pela sua autonomia política. Quando não há representatividade política a região sofre com a ausência de assistência do poder público. Ou seja, sofre as conseqüências da falta de recursos que beneficiem sua população e seu território.

Defende-se que a autonomia política sustenta maior alocação de recursos e a atração de investimentos permitindo que sejam gerados empregos e renda para a população. Entende-se que um novo ente federativo representa uma porta para o desenvolvimento (FEITOSA, 2011).

¹ Relativo aos elementos ou problemas geográficos na sua relação com os elementos ou problemas econômicos. "geoeconômico", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/geoecon%C3%B4mico>. Acessado em 28 de jan. 2016.

² Geopolítica: Estudo das influências que o meio físico exerce sobre a vida política de uma nação, determinando-lhe os efeitos: <http://www.dicio.com.br/geopolitica/>. Acesso dia 28 de jan. 2016.

Os discursos de natureza geopolítica estão vinculados a questões variadas, dentre elas a disputa pelo poder local, ou seja, o interesse de determinados grupos em conquistar espaços de poder político através do controle territorial (FEITOSA, 2011).

Ressalta-se que a definição de território varia sob a ótica dos autores, existem divergências nas definições, formas, padrões de entendimento e significado.

Segundo Santos (1994, p.16) “Como conceito puro, o território é constituído de formas, mas, como conceito híbrido, o território usado é constituído de “objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Quando visto como “objetos e ações” o território ganha outras formas de interpretação, lugar onde existem relações sociais e não somente espaço territorial.

Conforme Saquet (2007, p.118) “o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural”. O território não é somente uma porção de terra é tudo que está constituído dentro dessa mesma porção de terra em questão. Ele abriga as ações passadas, já cristalizadas e as ações presentes que se realizam diante de nossos olhos (SILVEIRA, 2011).

Ao escolher pertencer a macrorregião norte, Tocantins provocou mudança na ordem regional implantada pelo governo militar³, em 1969. Para o governo militar o critério estabelecido para a divisão regional era o estudo das atividades econômicas. Acreditava-se que o estudo das atividades econômicas era fundamental para a criação de políticas de investimentos e de valorização das áreas consideradas menos desenvolvidas (REDEFOR, 2012).

1.2 O pensamento Keynesiano

A preocupação com a disparidade no crescimento e desenvolvimento das regiões brasileiras não é recente. Desde o início do século XX foram tomadas algumas medidas para tentar resolver a questão.

Segundo Senra (2009, p.12) “O processo econômico mundial se inclina, por um lado, a promover a homogeneização dos territórios e, por outro, a reforçar as desigualdades sociais e econômicas, expressas em múltiplas escalas espaciais”.

³ O Regime militar foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país. <http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>. Acessado em 22 de nov. 2015.

A mudança é rápida e real, porém não se pode desvincular ou simplesmente desprezar o passado, as mudanças são contínuas tanto no tempo como no espaço. Conforme Saquet (2011, p.9) “os processos territoriais e de desenvolvimento são interativos, contraditórios, conflituosos e estão em movimento de superação constante”.

No início do século XX as diferenças no crescimento e desenvolvimento da região nordeste eram preocupantes o que levou o governo federal em 1909, a criar a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS. A criação dessa Inspetoria pela República é considerada um marco inicial no apoio ao desenvolvimento regional brasileiro.

A economia brasileira nas primeiras três décadas do século XX girava em torno da produção e exportação do café e havia se firmado como economia agroexportadora, porém com a grande depressão de 1929, sofreu graves consequências. E a mesma crise que abalou a economia agroexportadora brasileira evidenciou a questão do desenvolvimento econômico levantada pela teoria criada por Keynes⁴, chamada de Teoria Geral do Emprego, Juros e Moedas.

As ideias desenvolvimentistas de Keynes defendiam o Estado interventor, ele acreditava que o Estado deveria intervir na economia com o objetivo de aumentar a demanda, através de investimentos públicos nos períodos de desaquecimento da economia.

A intervenção garantiria o equilíbrio do sistema capitalista e os níveis de emprego. As políticas Keynesianas tinham como objetivo principal colocar o pleno emprego como objetivo central da política macroeconômica e a atuação do Estado era necessária para que isso ocorresse. Recomendava-se a intervenção do Estado mediante políticas monetária e fiscal, com o objetivo de estabilizar a economia (DINIZ e CROCCO, 2006).

Ressalta-se que até os anos de 1950 as teorias até então formuladas não davam muita atenção ao problema do subdesenvolvimento. Foi só a partir de 1949, quando Truman⁵ chamou a atenção para as condições dos países pobres, se referindo a eles como países subdesenvolvidos, que passou-se a buscar explicação para as causas do subdesenvolvimento⁶,

⁴ Para Keynes existia uma importante inter-relação entre a renda nacional e os níveis de emprego. Os determinantes diretos da renda e do emprego são os gastos com consumo e investimento (TROSTER e MOCHÓN, 2002).

⁵ Harry Truman foi presidente dos Estados Unidos no final da década de 1940 (ENRÍQUEZ, 2010).

⁶ O Subdesenvolvimento é um termo elaborado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para definir a situação econômica e social dos países pobres. Esse termo é, portanto, designado para classificar os territórios nacionais que dispõem de níveis de desenvolvimento econômico limitado, com baixos índices de qualidade de vida, de consumo, de produtividade e elevadas taxas de miséria e concentração de renda. Disponível em: <

principalmente das regiões ricas em recursos naturais e com indicadores de grande pobreza (ENRÍQUEZ, 2010).

1.3 A regionalização da economia brasileira

O problema dos desequilíbrios na economia das regiões⁷ brasileiras passou a ser amplamente discutido nos anos de 1950. Os dois principais responsáveis pelo início da discussão e das tomadas de decisão para tentar resolver os desequilíbrios regionais foram: primeiro que o nível de informação sobre o grau de desequilíbrio entre as regiões brasileiras apresentou um resultado preocupante. Segundo, as grandes secas enfrentadas pela região Nordeste desencadeou a migração de grande contingente populacional para outras regiões, principalmente para a região Sudeste. Conforme Cano (1977, p.11) “As migrações internas, tiveram extraordinária importância para as decisões políticas que seriam tomadas sobre a “questão regional”.

A migração interna se destinava principalmente a região Sudeste, que desde fins do século XIX construía relações capitalistas de produção visando a consolidação no mercado nacional. Essa consolidação ocorreu após a crise de 1929. Diferente das demais regiões brasileiras antes de 1930, sua estrutura industrial era a mais avançada do país e dispunha de uma agricultura desenvolvida, o que permitiu que estabelecesse forte domínio comercial sobre as demais regiões do país, uma relação que podia ser chamada de “centro-periferia⁸” (CANO, 1977).

A primeira fase de industrialização brasileira foi encerrada no decênio dos anos vinte do século XX, e deu início a uma segunda fase de industrialização, que se apoiou no crescimento prévio da procura global. Com equipamento industrial existente o trabalho

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-que-subdesenvolvimento.htm>>. Acessado dia 4 de dezembro de 2015.

⁷ O conceito de região está historicamente vinculado à ideia de diferenciação entre áreas, sendo esta primeiramente resultante das diferenças naturais entre os lugares.

As propostas de divisão regional no Brasil foram muitas, entre as mais importantes foram a de 1913. Onde os principais aspectos avaliados na divisão foram: clima, vegetação, e relevo. A divisão foi em cinco grandes regiões que são: Setentrional, Norte Oriental, Central, Oriental e Meridional (FIGUEREDO E LIMA, 2002).

Em 1942, foi institucionalizada a primeira divisão regional sugerida pelo IBGE, onde as regiões foram divididas em: Norte, Nordeste, Leste, Sul, e Centro-Oeste. Outras mudanças ocorreram na divisão das regiões até chegar a divisão atual: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A última mudança onde foi incorporado o estado do Tocantins a região Norte, ocorreu em 1988 (IBGE, 2014). Regionalizar: ato de construir, intelectualmente, regiões; Regionalização: pode ser motivada pelas mais diversas razões (mais comuns: finalidade didática, estatística; planejamento territorial) (FIGUEREDO e LIMA, 2002).

⁸Para maior entendimento ver Cano, 2007.

passou a ser efetuado em dois turnos diários, mediante investimento adicional baixo, com isso foi criadas condições para o processo de desenvolvimento (FURTADO, 2000).

A retomada da economia após a crise de 1929 foi através da industrialização. Segundo Cano (2007, p.49) “se dá o “deslocamento do centro dinâmico⁹” da economia nacional via industrialização”. Vale lembrar que de 1933 a 1955, a industrialização passa a ser denominada como Industrialização Restringida¹⁰ (TAVARES, 1998). Passou-se a produzir para o mercado interno bens que antes eram importados.

O período de industrialização restringida implicou um avanço no desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho (DRAIBE, 2004). A partir de 1956 teve início a industrialização pesada¹¹, com a implantação de alguns setores industriais, de consumo durável, intermediários e de capital.

O crescimento industrial da região Sudeste foi muito além do apresentando em outras regiões. São Paulo, entre 1900 e 1950 detinha 48% da indústria nacional, e de 1951 e 1970, 58% do total nacional (CANO, 2007). A ação do Estado foi decisiva no incentivo a industrialização, principalmente em São Paulo. Os investimentos em infraestrutura e na indústria pesada concentrada principalmente no Centro-Sul estimularam o desenvolvimento dessa região e desencadeou grandes pressões políticas das demais regiões.

1.4 A influência Cepalina

Nos anos de 1950 o pensamento econômico brasileiro sofreu influência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe CEPAL¹², fundada pela ONU¹³, a qual destacou-

⁹Foi a reorientação da economia nacional, a qual transitou de um modelo agroexportador para um urbano-industrial (SOUZA, 2008).

¹⁰A industrialização brasileira passou a ser chamada após os anos de 1930 de “industrialização restringida” ou “industrialização para substituição de importação”, isto porque passou a produzir internamente o que antes era importado (BRUN, 2005).

¹¹As características da dinâmica da industrialização, entre 1930 e 1961, implicam em duas fases específicas. Na primeira, entre 1933 e 1955, há industrialização porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial. Na segunda, entre 1956 e 1961, o surgimento de bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo promove uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo, ao mesmo tempo em que a capacidade produtiva amplia-se muito além dos horizontes determinados pela demanda preexistente (DRAIBE, 2004).

¹²A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe foi instituída em 1950 (SOUZA, 2005).

¹³Organização das Nações Unidas (ONU). É uma organização internacional fundada em 1945, com o objeto de manter a paz mundial, facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social e direitos humanos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas. Acessado em 22/10/2015.

se no cenário latino-americano do pós-guerra, divulgando a enorme disparidade entre países ricos e países pobres.

O pensamento Cepalino era defendido principalmente pelo economista argentino Raul Prebisch. A nova teoria proposta pela Cepal propunha não só problemas puramente econômicos tradicionais como também sociais e políticos nas economias subdesenvolvidas (ENRIQUEZ, 2010).

Havia diferenças econômicas graves entre as regiões brasileiras que deveriam ser resolvidas, e aproveitando os planos e estratégias apresentados pela CEPAL iniciaram-se os estudos. Nos anos de 1951 e 1952, as Contas Nacionais Regionais do Brasil apresentaram resultados preocupantes sobre essas diferenças.

O aumento de informações sobre a disparidade entre as regiões fez surgir as primeiras discussões para criação e conscientização da importância das políticas públicas de incentivos fiscais regionais no Brasil. Segundo Cano (1977, p.11) “as Contas Nacionais e Regionais do Brasil, continham elementos objetivos adicionais para o exame das disparidades regionais”.

Com o aumento de informações sobre os níveis de desenvolvimento por região foi possível o governo tomar conhecimento das grandes diferenças econômicas existentes. O problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira foi aceito entre fins da década de 1950 e inícios da seguinte.

De acordo com Amaral Filho (2011, p.48):

É possível afirmar que nesse período havia, pelo menos, duas questões regionais claramente postas: a primeira situava-se no interior do País, mais exatamente no Centro-Oeste, região vasta, mas praticamente despovoada. O País tinha sua população concentrada na costa e, por isso, sugeria um problema de insegurança nacional; a segunda questão regional se encontrava na região Nordeste e, nesse caso estava no fato de ser uma área relativamente muito populosa, mas pobre.

A grande concentração de pobreza agravado pelas secas levavam milhares de nordestinos a migrarem para São Paulo, que detinha uma concentração industrial destacada desde o início do século XX perante as demais regiões.

Conforme Diniz e Crocco (2006, p.11) “o desenvolvimento regional não era garantido automaticamente pelas forças de mercado, sendo necessária a intervenção estatal para que as desigualdades regionais fossem superadas”. A equipe do governo acreditava que o desenvolvimento econômico regional poderia ocorrer através de apoio à industrialização. Criaram leis, acreditando que aumentando a industrialização nas regiões menos desenvolvidas

levariam a criação de emprego, e como conseqüência, renda, o que amenizaria o fluxo de migração interna para a região sudeste, que era intenso.

De acordo com Cano (1977, p.13) “De medidas assistemáticas passou-se então para uma primeira tentativa de elaboração de política de desenvolvimento regional integrada”. O apoio para o desenvolvimento regional fez com que em 1953 fosse criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, que foi transformada em 1966 na Sudam.

Em 1956, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País - SPVERFSP, transformada em 1967 na Sudesul. Em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, que foi coordenada pelo economista Celso Furtado. No ano de 1961, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Codeco, que foi transformada no ano de 1967, na Sudeco (CANO, 1977).

Em 1967, foi criada a Suframa, instituiu a Zona Franca de Manaus. Segundo Cano (2007, p.23) “O sistema de incentivos fiscais, basicamente centrado na isenção total ou parcial do imposto sobre a renda, para subsidiar o investimento privado no Nordeste, a partir da criação da Sudene, seria estendido, em 1963, à região amazônica”.

O governo procurava encontrar formas para desenvolver as regiões menos desenvolvidas e acreditava que os incentivos fiscais seriam uma alternativa para ajudar a solucionar o problema das disparidades regionais agravadas pela falta de industrialização em algumas regiões brasileiras. De acordo com Cano (1977, p.13) “foram instituídos programas especiais, como o Programa de Integração Nacional, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, e outros, parte deles utilizando também recursos de incentivo fiscais”.

Em 27 de julho de 1963, através da Lei nº 4.239, surgiram as primeiras formas de incentivos fiscais especiais, de isenção e redução de Imposto de Renda para as empresas. Esses incentivos foram criados com o intuito de facilitar a instalação, implantação e modernização de empreendimentos industriais e agrícolas através do artigo 13 da Lei nº 4.239.

Os Incentivos Fiscais (isenção, redução e reinvestimento do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre os resultados operacionais das

empresas) foram criados para efetivar as políticas em fomento, respectivamente na Amazônia Legal, na Região Nordeste e no norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/historico/>>

Algumas regiões vinham com um histórico de dívidas e de uma distribuição de renda extremamente desigual. Segundo Cano (1977, p. 13) “A partir de 1967 ocorreriam várias modificações na política de incentivos fiscais, ampliando-se, consideravelmente, as alternativas para investimentos”.

1.5 O processo de descentralização político-administrativo

O conhecimento em torno da economia regional e de seu desenvolvimento passou por grandes mudanças na década de 1970 e 1980, as fortes pressões inflacionárias aliada à crise do petróleo¹⁴, gerou uma crise para a economia mundial. O entendimento desse fenômeno foi variado, porém observou-se que foram lançados inúmeros questionamentos quanto a eficácia da teoria Keynesiana, como também dos instrumentos de política econômica até então vigentes (DINIZ E CROCCO, 2006).

O processo de descentralização político-administrativo vivido nos anos 1980 resultou em descentralização dos papéis dos chamados atores locais, o que provocou mudança nas decisões relacionadas a investimentos. Essas mudanças puderam ser sentidas em escala mundial principalmente na Europa e América Latina (AMARAL FILHO, 2011).

O resultado da mudança de entendimento gerado pela crise teve como resultado uma inflexão teórica diferente do período anterior, passou-se a entender que o crescimento deve ser obtido através de melhoria das condições de oferta e não mais por estímulo a demanda, enquanto que no campo da política, a nova visão defendia que o Estado deve se retirar da economia preservando apenas suas funções básicas (DINIZ E CROCCO, 2006).

O avanço das mudanças foi se aprofundando ao longo dos anos 1980, determinando um movimento de abertura comercial e financeira o que promoveu aceleração da reestruturação econômica abrindo espaço para a internacionalização da produção (DINIZ e CROCCO, 2006).

¹⁴Na década de 70 descobriu-se que o petróleo é uma fonte esgotável, tal afirmação elevou o preço do produto, em pouco mais de sete anos o preço do barril de petróleo praticamente triplicou. Isso provocou o aumento do valor do produto primário de países subdesenvolvidos, superando os produtos industrializados oriundos de países desenvolvidos. <http://www.brasilecola.com/geografia/a-crise-do-petroleo.htm>. Acessado dia 15/09/2015.

Por outro lado, as decisões que antes eram tomadas pelo Estado central passaram a ser divididas com atores mais próximos dos territórios: estados, municípios e até mesmo organizações não governamentais (AMARAL FILHO, 2011).

A transformação provocada pela descentralização também pôde ser sentida nos espaços geográficos, através da perda do dinamismo produtivo de algumas regiões, afetadas pela desindustrialização e pela necessidade de reestruturação produtiva (DINIZ E CROCCO, 2006).

A política industrial brasileira foi marcada por mudanças políticas estruturais, entre elas, a desnacionalização das empresas industriais, privatização de setores como o de infraestrutura, telecomunicações e energia.

O desenvolvimento industrial é de suma importância para a consolidação da economia de um país emergente como o Brasil, que tem uma diversificada base industrial e uma economia oscilante. De acordo com Britto (2003, p. 61) “a abertura e a política de estabilização provocaram um viés pró-importações com sérios impactos sobre a produção nacional”.

Ignorando as determinações históricas da industrialização por substituição de importações, os defensores das “novas” reformas estruturais elegeram o protecionismo como origem da crise que perdurava e tomaram novas medidas que acreditavam ser coerentes, entre elas a abertura comercial e a desnacionalização de empresas industriais (BRITTO, 2003).

O impacto de tais medidas provocou um grande aumento nas importações e como consequência o estímulo para a desindustrialização. Fato esse que teve como impulsionador as medidas políticas e econômicas de abertura de mercado que resultou num pequeno percentual de exportação contra um aumento acelerado das importações.

O objetivo da política industrial era de criar capacidade produtiva local, porém deixava para segundo plano algumas questões associadas a eficiência produtiva, o que resultou em produtos com qualidade inferior a de grande parte dos produtos que passaram a ser importados (KUPFER, 2002).

Esse foi um dos fatores que fez com que as indústrias brasileiras se apresentassem menos competitivas frente às indústrias estrangeiras, ocasionando fechamento de linhas de produtos, terceirização e substituição de fornecedores locais, fragilizando a estrutura produtiva nacional (BRITTO, 2003).

Segundo Amaral Filho (2006, p.39) “A instabilidade da demanda efetiva, em escala mundial dos anos 1980 e 1990, é a própria síntese dessa metamorfose. Essa mudança produziu reações e adaptações do lado da oferta”. O que provocou a descentralização e a desconcentração da produção.

1.6 A primeira e segunda geração de políticas regionais

Alguns autores defendem que a primeira geração de políticas regionais teve início nos anos de 1950 e 1960, sob a influência da teoria Keynesiana, que defendia a necessidade de intervenção externa na economia. Ela colocava em questionamento a hipótese da existência de mecanismos automáticos de correção dos mercados, principalmente no mercado de trabalho. O pleno emprego é o objetivo central da política macroeconômica, e a intervenção do Estado na economia seria necessária para a obtenção do pleno emprego (DINIZ E CROCCO, 2006).

Considera-se que nos anos de 1980 teve início a segunda geração de políticas regionais. Com as mudanças ocorridas no fim dos anos de 1970, onde o estado deixa de ser entendido como interventor e passa a ser visto como Estado Mínimo, ficando somente com suas funções básicas. Possibilitou um movimento de abertura comercial, financeira e de estruturação econômica, que influenciou na elaboração das políticas de desenvolvimento regional, valorizando a capacidade local para combater as desigualdades regionais (DINIZ E CROCCO, 2006).

As mudanças estruturais ocorridas após os anos de 1990 nos modos de produção conhecidos como de produção em massa do tipo fordista, para um sistema de produção flexível, conhecido como pós-fordista. Possibilitaram que micro, pequenas e médias empresas que se apresentassem flexíveis e inovadoras ganhassem espaço no mercado.

O mesmo ocorreu com regiões e territórios onde a flexibilidade, inovação e a conexão com redes de comunicação fizeram acontecer uma nova economia regional (AMARAL FILHO, 2011).

O novo modo de produção abriu espaço para novas regiões produtoras se destacarem através de novas tecnologias e modos de produção flexíveis, novas oportunidades com a nova economia regional. Com forte influência dos elementos internos presentes nos territórios, a economia regional ganha uma conotação de desenvolvimento conhecido como endógeno. Que

sem abrir mão do apoio do estado para o desenvolvimento local e ao apoio de atração de novos investimentos externos, busca a harmonização da organização territorial com a indústria (AMARAL FILHO, 2011).

As políticas de desenvolvimento regional que eram elaboradas de cima para baixo, obrigando as regiões a receberem políticas, programas e projetos de desenvolvimento, prontos do governo central, passaram a receber influência de protagonistas locais permitindo a interação positiva no desenvolvimento econômico regional, estadual ou mesmo nacional (AMARAL FILHO, 2011).

Os anos de 1990 foram anos de mudanças tanto nos sistemas produtivos como no mercado. Ocorreu um novo contexto de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas e institucionais. O Estado deixou de ser o direcionador e passa a dar espaço às empresas inovadoras provocando o fortalecimento das novas tecnologias de informação, transporte e comunicação e ao mesmo tempo fortaleceram a interação e o funcionamento das organizações, nasceu com essas mudanças a noção de desenvolvimento endógeno (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno está ligado ao processo de abertura dos mercados que teve início com a globalização. O estímulo ao aumento da concorrência fez com que os sistemas produtivos fossem ligados à globalização, os mercados foram tornando-se mais competitivos, gerando mudanças nas formas de produção. Com a abertura para novos espaços produtivos passou-se a valorizar mais o desenvolvimento local (VÁSQUEZ BARQUEIRO, 2001).

Algumas mudanças foram observadas na dinâmica regional de produção, entre elas a incorporação e valorização de aspectos institucionais como conhecimento, cultura, capital social e a valorização da capacidade local como forma de combate às desigualdades regionais. A grande mudança ocorreu nas formas de produção, passou-se a dar ênfase para a competitividade o que estimulou a inovação, as economias de conhecimento, e os mecanismos facilitadores dessa nova forma de produção (DINIZ E CROCCO, 2006).

Segundo Vásquez Barquero (2001, p.15),a “globalização¹⁵ é um processo vinculado ao território, não apenas porque envolve nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimentos”. As decisões de investimentos e localização estão ligadas aos fatores econômicos que por sua vez são influenciadas diretamente pela atração de investimento oferecido pelos territórios (VÁSQUEZ BARQUERO, 2011).

Com isso o território passou a ser o centro da discussão juntamente com todos os seus componentes estruturais. As descentralizações político-administrativas associada a descentralização produtiva contribuíram para que o território tenha uma autonomia relativa mais elevada (AMARAL FILHO, 2011).

A globalização e a reestruturação produtiva provocam competição entre empresas e ao seu entorno produtivo e institucional, gerando competição entre cidades e mesmo regiões, não só naquelas em que o sistema produtivo é desenvolvido, mas também em regiões em que o sistema produzido é atrasado (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001).

1.7 A teoria do desenvolvimento endógeno

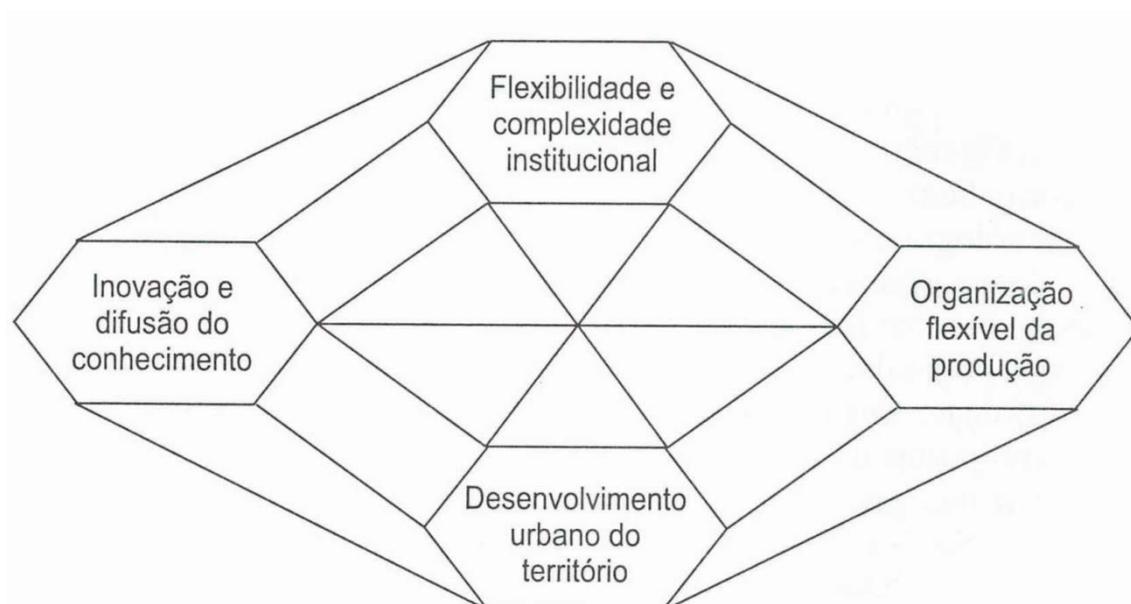
O desenvolvimento econômico é explicado sobre dois aspectos: o exógeno e o endógeno. O exógeno por sua vez ocorre com a intervenção do Estado ou de agentes econômicos externos. O endógeno ou local, resulta do fortalecimento dos territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo.

Envolve a estratégia de que através de meios internos pode acontecer uma integração vantajosa, ou uma inserção no desenvolvimento econômico regional, estadual, nacional até mesmo, se possível, no desenvolvimento econômico internacional (AMARAL FILHO, 2011).

¹⁵Para o conceito de globalização não existe uma única definição aceita. Tem sido diversamente concebida como ação à distância - quando os atos dos agentes de um lugar podem ter conseqüências para “terceiros distantes”; como interdependência acelerada - entendido como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm um impacto direto em outros. (HELD & MCGREW, 2011). Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=wkhwJCcOwAQC&oi=fnd&pg=PA7&dq=conceito+para+globaliza%C3%A7%C3%A3o&ots=V17Eq0Asx&sig=sBeHLRVbhcVryWeUTxVeRcYUD18#v=onepage&q=conceito%20para%20globaliza%C3%A7%C3%A3o&f=false>> Acesso dia 10 de jan. 2016.

A teoria do desenvolvimento endógeno defende que o desenvolvimento econômico ocorre em decorrência da utilização do potencial e do excedente gerados localmente, através da atração de recursos externos, e pela incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos. Para neutralizar as tendências do estado estacionário, é preciso ativar os fatores vistos como determinantes para esse processo, como pode ser observado na figura que segue (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001).

Figura 1- Fatores determinantes do processo de acumulação de capital.



Fonte: Vásquez Barquero, 2001, p.19.

Os quatro fatores determinantes do processo de acumulação de capital apresentados na figura por Vásquez Barquero são:

a) Inovação e difusão do conhecimento: são peças chaves para as mudanças no sistema produtivo, e no desenvolvimento econômico. Quando são tomadas as decisões de investimento em tecnologia e conhecimento as empresas o fazem pensando em melhorar sua competitividade e rentabilidade.

b) A organização flexível da produção: a organização do sistema produtivo com o entorno é importante, pois através da organização das empresas ocorrem alianças entre fornecedores e clientes. É onde se condiciona a produtividade e a competitividade das

economias locais estimulando o crescimento e a mudança estrutural das economias locais e regionais contribuindo para o processo de crescimento econômico.

c) Desenvolvimento urbano do território: as cidades são territórios onde os espaços industriais e de serviços são construídos possibilitando que ocorra o desenvolvimento endógeno. As decisões de investimentos, somadas com a localização das atividades produtivas, favorece o desenvolvimento urbano, a troca de bens, serviços e conhecimento, influenciam na economia e possibilitam a difusão do conhecimento.

d) Flexibilidade e complexidade institucional: O desenvolvimento ocorre principalmente onde existem atores que promovam suas próprias formas de organização e de instituições. As localidades que dispõem de instituições são mais competitivas e apresentam maior grau de cooperação e aprendizagem e fortalecem os processos de acumulação de capital e desenvolvimento econômico das cidades e regiões.

Porém, o processo de desenvolvimento ocorre principalmente onde raízes institucionais e culturais são fortes, e se propõe a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da sociedade, isso leva ao entendimento de que território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001).

A teoria do desenvolvimento endógeno reconhece que os principais mecanismos para evitar as tendências do estado estacionário se integram. E estão ligados a inovação e ao conhecimento. Redes de relações entre empresas e seu entorno produtivo possibilita crescimento e mudança estrutural nas cidades e nas economias locais.

CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA DE COLONIZAÇÃO

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar aspectos históricos sobre a trajetória de colonização, exploração e desenvolvimento socioeconômico, da região que passou a ser conhecida no século XVIII com a descoberta do ouro, como a região das Minas dos Goyazes¹⁶. O mesmo auxilia na resposta do objetivo geral e responde ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Primeiro abordou-se a colonização brasileira e a descoberta e produção do ouro na região, no período de 1728 até a decadência das minas por volta de 1822. Segundo foram apresentados fatos ligados a formação da pecuária, que teve seu início durante o período aurífero e se manteve por décadas como sendo a principal produção do norte goiano. Terceiro descreveu-se a história da expansão da agricultura no estado de Goiás até a década de 1980. O quarto item estudado foram as estradas, ferrovias e portos de Goiás e as principais dificuldades enfrentadas no transporte de pessoas e mercadorias pela região norte goiana. No quinto foi retratado a origem da formação da população e da cultura Goiana. No sexto falou-se do desenvolvimento da indústria de Goiás. Por último descreveu-se fatos referentes à divisão da capitania de Goiás em duas Comarcas, a de Goiás e a do Norte, no ano de 1809.

2.1 A chegada dos portugueses ao Brasil

Os portugueses chegaram ao Brasil no ano de 1500. A área de terra que se denomina hoje como sendo o estado do Tocantins pertencia a Espanha e só passou a pertencer a Portugal em 1750, com o Tratado de Madrid. Para os conquistadores as novas terras serviam como fonte de exploração de riquezas extrativistas e minerais.

As terras localizadas próximas ao litoral foram beneficiadas pela colonização. O mar facilitava o deslocamento tanto de pessoas como das mercadorias o que propiciava o comércio e com ele a chegada de pessoas para trabalhar e povoar a nova colônia.

Um dos objetivos da colonização era explorar as riquezas naturais da nova colônia, buscando contribuir financeiramente para a Coroa portuguesa. As terras localizadas próximas do litoral apresentavam grande quantidade de pau-brasil, madeira que foi largamente explorada.

¹⁶Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema verificar Parente (2007).

Após a exploração do pau-brasil deu-se início a um novo ciclo que foi o da cana-de-açúcar. Conforme Nascimento (2011, p.10) “Os portugueses implantaram um sistema colonial baseado inicialmente na exploração do pau-brasil e, em seguida, no cultivo da cana-de-açúcar, o que garantiu a ocupação definitiva do litoral.” O açúcar produzido no litoral brasileiro era escoado em navios rumo a Europa.

A produção dependia de mão de obra escrava que também vinha em navios, o que fortalecia cada vez mais a ocupação do litoral. Segundo Nascimento (2011, p.10) “Até o final do século XVI, a ocupação portuguesa da colônia limitou-se a uma estreita faixa de terra que ia até o meridiano de Tordesilhas”. As terras do interior só passaram a despertar interesse para Portugal após 1640.

Como a cana-de-açúcar era a única fonte de renda da colônia, a coroa despertou interesse pelas terras além de Tordesilhas, em busca de novas fontes de renda. Para iniciar o desbravamento do interior foram utilizados quatro movimentos de reconhecimento: as descidas e entradas, ambos de caráter oficial e as bandeiras e tropeiros de caráter não oficial. Ambos foram importantes para a colonização do interior da colônia.

As bandeiras foram responsáveis pela descoberta do ouro nas terras de Goiás. De acordo com Nascimento (2011, p.11) “As entradas e as bandeiras eram expedições formadas por grande contingente de sertanistas que entravam pelo sertão em busca de índios para escravizar e de metais preciosos.”

O que caracterizava as bandeiras é que eram expedições particulares e com fins lucrativos. Uma das bandeiras mais famosas foi a do Anhanguera que partiu da Capitania de São Vicente em 1722, rumo ao interior, sem se importar com o limite de território imposto pelo tratado de Tordesilhas.

Em 1725, após três anos de busca e exploração Anhanguera retornou a São Vicente com ouro trazido das minas descobertas em Goiás (PARENTE, 2007). A notícia da descoberta de ouro na região fez com que houvesse deslocamento de pessoas de outras regiões para o local onde as minas foram descobertas criando núcleos populacionais.

Segundo Parente (2007, p.39) “A instabilidade desses novos núcleos populacionais era condicionada a produtividade de ouro existente na região.” O ouro produzido na região era

conhecido como ouro de aluvião¹⁷, quando o mesmo se tornava escasso em determinado lugar a população se mudava para outro local onde o metal era encontrado em maior quantidade.

Conforme Parente (2007, p. 58) “(...) essa população ia se locomovendo as margens dos rios e riachos auríferos aproporção que descobria o ouro, formando um novo arraial que podia progredir ou ser abandonado”. Se a quantidade de ouro encontrado fosse grande o arraial permanecia, porém se a quantidade de riqueza fosse pequena ele deixaria de existir.

As minas descobertas no norte de Goiás eram distantes umas das outras, diferente das minas descobertas em Mato Grosso e Minas Gerais. De acordo com Parente (2007, p.39) “as minas da região goiana eram espalhadas por uma área vastíssima, principalmente ao norte, com longas distâncias entre si.” O que dificultava o controle sobre a produção.

Com medo de ser lesada pelo contrabando de ouro a Coroa portuguesa criou em 1728, a Superintendência das Minas e passou a ter um rígido controle sobre a política fiscal da extração de ouro. Conforme Nascimento (2011, p.15) “(...) isolando as minas de Goiás das outras capitâneas, proibindo severamente a navegação e interditando o acesso pelas picadas vindas da Bahia e do Piauí, além de proibir abertura de novas estradas mantendo apenas uma.

O controle sobre as minas do norte de Goiás sempre foi maior que o controle sobre as minas de outras regiões. Os embargos efetuados durante o período do ouro viriam contribuir para que o desenvolvimento da região não alcançasse o mesmo desenvolvimento que a região sul do próprio Goiás.

Segundo Parente (2007, p.47) “Primeiro observou-se a imposição da capitação, taxando os escravos com maior preço: (...) Segundo, houve a classificação de capitação do imposto no comércio varejista que era mais elevado em Goiás”.

Mesmo com tanto controle o contrabando continuava. Foi instaurada, a proibição da navegação do rio Tocantins, que servia como ligação comercial, com outras regiões. Conforme Parente (2007, p.49) “Todas as medidas adotadas no sentido de isolar as minas de Goiás trouxeram como resultado a forma peninsular da região”.

¹⁷ De acordo com o Houaiss. Aluvião: cascalho, argila, areia, etc., transportados e depositados por correntes de água, que podem conter minerais valiosos.

Além das proibições impostas pela Coroa havia os ataques de povos indígenas contra aventureiros e contra os pequenos vilarejos que se formaram próximos dos rios onde funcionavam os garimpos.

O período de produção aurífero não foi longo, durou de 1726 até 1822, é possível compreender como se deu o aumento e conseqüente queda de produção observando a tabela abaixo.

Quadro 1 - Produção de ouro nas minas dos Goyazes no período de 1726 – 1822

ANO DE PRODUÇÃO	QUILOGRAMAS PRODUZIDOS
1726 - 1735	1.500 kg
1736 - 1751	3.125 kg
1752 - 1778	1.777 kg
1779 - 1882	418 kg

Fonte: Jameson Jr. 2002. Elaborado pela autora

As minas exauriram, tornando inviável a exploração do metal. Uma das conseqüências da falta do metal foi o declínio da densidade populacional. Conforme Parente (2003, p.85) “no final do século XVIII e início do XIX, a situação de profunda depressão se agravou, principalmente em algumas áreas de difícil acesso, causando o esvaziamento de arraiais e o despovoamento dos sertões”.

Com a decadência da mineração e o esvaziamento dos arraiais houve um aumento generalizado na pobreza na região, o isolamento geográfico também contribuiu para essa realidade. Conforme Feitosa (2011, p.25) “Não existindo outras atividades produtivas que pudessem dar sustentação à economia do norte de Goiás, a população remanescente dedicou-se à agricultura de subsistência¹⁸”.

¹⁸A agricultura de subsistência se caracteriza pela utilização de métodos tradicionais de cultivo, realizados por famílias camponesas ou por comunidades rurais. Essa modalidade é desenvolvida, geralmente, em pequenas propriedades e a produção é bem inferior se comparada às áreas rurais mecanizadas. Contudo, o camponês estabelece relações de produção para garantir a subsistência da família e da comunidade a que pertence. Maiores informações podem ser encontradas no endereço: <http://www.brasilecola.com/geografia/agricultura-subsistencia.htm>

Cresceu o índice de ruralização¹⁹, porém a região norte do Goiás tinha grande parte do território formado por terras áridas e dispunha de técnicas rudimentares para a agricultura o que favoreceu a expansão da pecuária e a produção agrícola para a subsistência.

2.2 A pecuária

O início da produção de gado no Brasil está relacionado ao período de produção da cana-de-açúcar. Com a expansão do plantio da cana-de-açúcar surgiu necessidade de um setor de produção para suprir a subsistência interna de produtos que não podiam ser abastecidos pela metrópole.

Um desses produtos era o gado que servia não só para o consumo mais também como matéria-prima de grande valor para a colônia (FEITOSA, 2011).

A produção de gado expandiu pelo interior da colônia chegou ao vale do São Francisco e por sua vez atingiu a Serra Geral até as terras goianas. No período em que a seca castigava os sertões da Bahia e Piauí as terras goianas serviam como alternativa para a criação do gado já que eram ricas em água (JAMESON JR, 2002).

Em Goiás a expansão da pecuária se deu primeiramente na região centro-norte devido a três fatores principais:

- a) Localização das vilas mineradoras;
- b) Acesso aos mercados da Bahia;
- c) Facilidade na ocupação de grandes extensões de terras pelos criadores, pois não havendo títulos de propriedade e estímulo a legalização, a posse de grandes quantidades de terra se tornava atrativa e ao mesmo tempo era uma fonte de poder econômico e político (FEITOSA, 2011).

Com o fim da mineração ocorreu o esvaziamento das vilas que somado aos constantes ataques de indígenas aos povoados e fazendas da região, quando muitos criadores perderam não só rebanhos como também suas fazendas, fez com que a pecuária no norte entrasse num período de declínio.

No sul houve a crescente migração vinda de São Paulo e Minas Gerais para áreas de Santa Cruz, Catalão, Rio Verde e Jataí, levados pela falta de terras e lutas políticas, houve aumento no desenvolvimento da pecuária.

¹⁹Processo que consiste na transformação de um local, anteriormente urbano, para uma zona completamente rural. <http://www.dicio.com.br>

Os migrantes trouxeram capital para investir no rebanho e técnicas adotadas na agropecuária mais avançadas que as utilizadas na região norte o que proporcionou uma melhoria na qualidade e quantidade do rebanho produzido no sul do estado (JAMESON JR, 2002).

O gado produzido na região norte de Goiás, era o curraleiro²⁰, com processos rotineiros de criação e sem capital para investir na qualidade do rebanho ele era vendido por quarenta réis²¹, preço inferior ao gado produzido e vendido na região sul. O principal mercado comprador do gado criado na região norte era a Bahia, Piauí e Maranhão.

Na região sul de Goiás, devido técnicas modernas desenvolvidas de criação e capital para investir na qualidade do rebanho, passou-se a produzir o gado zebu²² que era vendido por sessenta réis, seu principal comércio era com Minas Gerais e São Paulo (FEITOSA, 2011).

Nos anos 70 e 80 do século XX algumas medidas de incentivos fiscais oferecidas pela política federal, através de programas como o Polamazônia²³ e o Polocentro, estimularam a ocupação da região norte. Segundo Cavalcante (2003, p.105) “Essa medida estimulou a ocupação econômica por intermédio da “pecuarização da agricultura”. As culturas de subsistência dos produtores camponeses foram substituídas por grandes fazendas de gado o que levou a um crescimento significativo na expansão do setor da pecuária no norte goiano.

A expansão do gado também se fez principalmente porque era uma mercadoria que saia da região através de seus próprios pés, ele próprio se transportava o que fez com que sua criação se fizesse presente em todas as regiões do estado.

A expansão da criação de gado foi consolidada por uma estrutura fundiária concentrada, exercendo supremacia econômica em Goiás (JAMESON JR, 2002).

O desenvolvimento da pecuária como fator dinâmico da economia Goiânia, fortaleceu a posse de grande quantidade de terras, quase não havia título de posse e estímulo a legalização, o processo de demarcação era caro e difícil.

²⁰ Curraleiro, raça bovina brasileira local. (Curraleiro Pé-Duro) ameaçada de extinção. http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2012/arquivos_pdf/12.pdf

²¹ Réis era a moeda utilizada no país desde os tempos coloniais e foi substituída pelo cruzeiro em 1942.

²² Por volta de 1875 foi introduzida a raça zebu, no sul do estado, a partir do Triângulo Mineiro, uma espécie originária da Índia que foi objeto de diversos cruzamentos em dezenas de países devido sua natural predisposição para adaptação e resistência. No norte goiano, porém, continuou a predominância da raça curraleiro até o terceiro quartel do século XX (FEITOSA, 2011).

²³ Polamazônia e Polocentro foram medidas de incentivos fiscais oferecidas pelo governo federal para o desenvolvimento da região norte (CAVALCANTE 2003).

A situação de irregularidade propiciava a incorporação de novas áreas sempre que necessário assegurando que o controle das terras fosse concentrado a poucas famílias (FEITOSA, 2011).

2.3 Agricultura

No início do século XVIII com a exploração do ouro em Goiás a Coroa e os governadores inicialmente se opuseram ao desenvolvimento da agricultura, acreditavam que seriam desviados trabalhadores das minas para a lavoura o que não era interessante para a produção do ouro (JAMESON JR, 2002).

Com a falência da produção das minas a agricultura de subsistência teve início nos arredores dos povoados formados pela mineração, porém, a mão-de-obra para trabalhar no cultivo era escassa e o dízimo cobrado sobre a produção assolava os produtores.

As práticas produtivas rudimentares faziam com que houvesse baixa produtividade na região. Durante a primeira metade do século XIX a agricultura goiana permaneceu no estágio de subsistência, chegando a passar por um período de escassez (FEITOSA, 2011).

Conforme Jameson Jr (2002, p.213) “As diferenças regionais eram claras: pouca atenção era dada a agricultura do norte goiano (...). No sul a agricultura era mais avançada”. Em 1796, havia 1.189 sítios de lavoura na região sul e 458 sítios na região norte. Já em 1828 o sul apresentou 1.476 sítios enquanto o norte apresentou 910 (SALLES, 1992).

A agricultura na região norte de Goiás não sofreu grandes alterações na sua forma de produção, não havia capital para modernizar a agricultura, construir estradas, ferrovias e canalizar rios. No fim da década de 1930 com a implantação da conhecida “Marcha para o Oeste”²⁴ no governo Vargas é que a região norte passou a ocupar demográfica e economicamente seu espaço como região produtora (ARBUÉS, 2002).

No ano de 1961 foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Codeco, o norte Goiano passou a receber estímulos ligados à infraestrutura e financiamentos diretos ao produtor rural. O objetivo era estimular o desenvolvimento da região amazônica como um todo.

Nos anos 1970 foi previsto para o norte goiano projetos agropecuários que mudariam a forma de produzir nas lavouras de grãos especialmente no arroz e na soja.

²⁴ Marcha para o Oeste foi um movimento criado no governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Ver Nascimento (2011, p.23).

Os incentivos fiscais e financiamento utilizados como política de investimento para desenvolver a região e fixar o homem no campo foi alterando a produção de subsistência para a produção capitalista (ARBUÉS, 2002).

Tais investimentos incentivaram a valorização da terra em alguns municípios como também a criação de cooperativas agropecuárias que incentivaram uma nova forma de organização da propriedade rural (AJARA, 1991). Porém, essa nova forma de propriedade na região norte do estado atingiu uns poucos municípios localizados as margens do rio Araguaia e da BR - 153.

Mesmo com tais incentivos a expansão modernizadora ocorrida no Norte de Goiás, nas décadas de 70 e 80, não foi suficiente para igualar a economia do norte com a do centro-sul de Goiás.

O valor destinado aos 73 municípios da região norte de Goiás foi equivalente ao que foi destinado ao município de Rio Verde pertencente a região centro-sul de Goiás (CAVALCANTE, 2003).

2.4 Estradas, ferrovias e portos.

Goiás sofreu por muito tempo o problema do isolamento geográfico agravado pela falta de infraestrutura de estradas e pontes. Era a conhecida tirania da distância, os habitantes da província sofriam com a distância de qualquer mercado, onde pudessem comercializar seus produtos ou mesmo comprar o que era necessário.

A grande distância dos principais centros comerciais e portos, associados aos poucos recursos que o governo da província tinha para investir em estradas, ferrovias, pontes e portos, agravava o estado de isolamento da região (JAMESON JR, 2002).

Os rios representavam a esperança de ligação com os mercados nacionais, porém, poucos eram navegáveis durante todos os meses do ano, além de que os rios que correm para a região sul apresentam obstáculos naturais que dificultavam a navegação.

Na região norte predominou a navegação pelo rio Tocantins, porém devido à natureza de seus terrenos e às diferenças pluviométricas, as condições de navegabilidade de seu leito variavam bastante, em alguns períodos era quase impossível a navegação (OLIVEIRA, 2009).

No início do século XX, foi implantada na região Sudeste do estado a ferrovia, o que contribuiu para o desenvolvimento econômico daquela região.

Conforme Matos (2012, p.189) “A chegada da ferrovia em terras goianas significou muito mais que um moderno meio de circulação. Considerada como um símbolo de modernidade e de expansão capitalista”. A ferrovia possibilitou a aproximação do estado com a economia da região Sudeste do Brasil e provocou mudança nos meios de vida da população localizada próxima da passagem dos trilhos.

A ferrovia trouxe mudança na paisagem do sudeste goiano a presença de trilhos cortando o cerrado ativou o fluxo de pessoas e de mercadorias, houve grande expansão de lavouras levando a região ao topo de maior produtora de grãos do estado. As mudanças foram muitas com a construção da ferrovia entre elas mudanças econômicas, sociais e culturais (MATOS, 2012).

O gado que antes era vendido em pé para Minas Gerais e São Paulo passou a ter parte do rebanho abatido e industrializado na região sudeste de Goiás e a carne produzida passou a ser exportada através da ferrovia. A ferrovia significou um importante instrumento do desenvolvimento e da logística nacional (MATOS, 2012).

A ferrovia não chegou a região norte de Goiás e a navegação continuou a exercer seu papel de importância na logística da região.

O rio Tocantins ainda era o principal meio de transporte ligando o norte de Goiás a outras regiões. Segundo Nascimento (2011, p.21) “representou durante um bom tempo, ou seja, todo o século XIX e metade do século XX (até 1960, quando foi construída a BR - 153), o único meio de transporte das populações ribeirinhas.”

O rio Araguaia, de fácil navegação, abrigava próximo de suas margens grandes quantidade de índios hostis. Não eram raros os ataques as embarcações e ocasionava medo e insegurança impedindo a expansão da navegação em suas águas.

A região norte de Goiás chegou aos anos 1950, decadente meios de transporte, até então, o principal meio de transporte era o rio Tocantins, não havia estradas e nem comunicação. Enquanto a região sul já contava com estradas, pontes e ferrovias (NASCIMENTO, 2011). As reclamações dos moradores do norte do estado eram frequentes, quanto ao descaso com o norte do estado.

Segundo Palacín (1990, p.80):

Aqui não há estradas, apenas trechos; quando um habitante dos nossos sertões viaja pelo estado, vindo no sul e nas imediações da capital aquelas estradas largas, munidas de pontes sobre todos os rios caudalosos, lendo também nos jornais de Goyaz as despesas feitas em conserto de estradas e pontes e nada se fazendo para o norte.

Nos anos de (1956 – 1961) foi construída a BR- 153, que representou um marco para o desenvolvimento da região norte de Goiás. A estrada possibilitou algum desenvolvimento das cidades e povoados localizados nas suas margens e a migração de povos de outras regiões que atraídos pela possibilidade de trabalho durante o período de construção se aventuram para o norte goiano.

2.5 Origem da formação da população e cultura de Goiás

A população de Goiás foi formada ao longo dos séculos pela mistura de povos que migraram para a região e que traziam consigo a cultura de outras regiões. Porém, grandes influenciadores da cultura do estado foram os povos nativos de várias etnias que habitavam essas terras.

De acordo com Giraldin (2002, p.110) “Antes da chegada dos povos não-indígenas a partir do século XVIII, a região entre os rios Araguaia e Tocantins que hoje forma o Estado do Tocantins era povoada por diversos povos indígenas”.

A busca dos europeus por escravos indígenas, ouro e diamante na região de Goiás datam das primeiras décadas do século XVIII (JAMERSON, 2002). Com a descoberta do ouro na região dos Goyazes ocorreu migração de povos de outras regiões brasileiras.

De acordo com Parente (2007,p.58) “Assim como ocorreu em todas as regiões povoadas pela mineração, para Goiás ocorreram populações de todos os lugares da colônia e muitas pessoas da própria metrópole”. Atraídos pelo minério se deslocaram em busca de riquezas e trouxeram consigo o negro.

Segundo Apolinário (2002, p.138) “Enquanto economia colonial, a mineração teve como elemento fundamental o trabalho escravo”. A utilização de homens e mulheres negros no trabalho escravo era comum na sociedade mineradora.

Conforme Parente (2007, p.53) “o escravo negro foi utilizado em todos os serviços durante o período colonial em Goiás, (...) na agricultura, pecuária e nos trabalhos domésticos, mas, principalmente (...) na extração do ouro”.

No século XVIII a população de Goiás era formada por uma pequena elite de mineiros, alguns comerciantes, criadores de gado e um grande número de marginalizados, escravos, índios, forros e faiscaidores além de brancos e mestiços que desempenhavam várias atividades (APOLINÁRIO, 2002).

A ausência de mulheres brancas nas regiões das minas foi responsável pelo aumento do número de mulatos, uma mistura entre branco e o escravo negro. Segundo Apolinário (2002, p.145) “até então desconhecida no Brasil”.

A tentativa de fuga dos escravos era bastante comum, elas ocorriam tanto nas minas quanto nas fazendas de criação de gado. Devido à resistência imposta pelos escravos negros a sua captura, foram criados por eles alguns quilombos²⁵.

No início do século XX, a população de Goiás era de 255.284 habitantes com a concentração dessa população nas cidades do Sudeste do estado principalmente as próximas ao Triângulo Mineiro e a região onde já havia chegado a ferrovia (CAVALCANTE, 2003).

A construção de Goiânia também marcou o desenvolvimento populacional do sul de Goiás.

O crescimento da população na região Norte de Goiás foi lento e somente com a chamada Marcha para o Oeste é que houve um aumento na migração para a região norte.

Na década de 1930, foi encontrado quartzo²⁶, na região do Vale do Araguaia, produto usado na confecção de armamento bélico.

A descoberta desse garimpo atraiu pessoas para trabalhar nos novos garimpos, principalmente vindas do nordeste Maranhão, Piauí e do norte, Pará. Foram criados povoados ao longo do vale do Araguaia. Com o fim da Segunda Guerra, em 1945, o quartzo acabou perdendo sua importância econômica, o que levou ao esvaziamento dos garimpos (NASCIMENTO, 2011).

Outro fato ligado a Marcha para o Oeste que estimulou o povoamento do estado de Goiás foi a construção da Rodovia Belém-Brasília. De acordo com Nascimento (2011, p.27) “Demograficamente, a região foi completamente modificada, foi uma verdadeira invasão, sobretudo de nordestinos”.

Vieram pessoas principalmente do Maranhão, Bahia e Minas Gerais para trabalhar na construção da rodovia o que influenciou no crescimento da população dos municípios que ficavam ao longo da rodovia (ARBUÉS, 2002).

Na década de 1960, o processo de povoamento da região centro-oeste goiana, ocorreu com o apoio da expansão e modernização agrícola²⁷, incentivada pelo governo federal. A

²⁵Quilombo é um termo banto, que significa acampamento guerreiro na floresta. Os habitantes dos quilombos eram chamados de quilombolas. Palavra derivada de ngoloque significa força. Mais informações em Apolinário 2002.

²⁶ O quartzo também é conhecido como cristal de rocha, tinha grande valor devido sua utilidade na fabricação de armamento bélico (Nascimento, 2011).

expansão agrícola atraiu mineiros, paulistas e paranaenses, que escolheram fixar-se na região centro-sul do estado garantindo o desenvolvimento agrícola e populacional daquela região.

Nas décadas 1970 e 1980, era possível encontrar grandes vazios demográficos na região norte de Goiás.

Segundo Arbués (2002, p. 401) “a partir da década de 1970 e 1980, com a implantação do Projeto Rio Formoso²⁸ pelo governo do Estado, um novo impulso migratório é verificado rumo a microrregião do Médio Tocantins-Araguaia”, a chegada de gaúchos a algumas microrregiões do norte goiano.

2.6 A indústria em Goiás

No Brasil até meados do século XX, não existiam vias de comunicação e transporte eficientes que somados a grandes vazios populacionais distribuídos principalmente na região central característicos da época, possibilitaram o surgimento de diferentes dinâmicas produtivas no território nacional. Assim, o desenvolvimento no Brasil ocorreu de maneira distinta entre as grandes regiões (CANO, 2007).

A economia goiana até o início do século XX firmou-se, basicamente na agricultura de subsistência e na produção extensiva de gado, passa a ter uma nova dinâmica produtiva estimulada pela chegada da ferrovia logo nas primeiras décadas de 1900. Porém, essa nova dinâmica produtiva e econômica atingiu a região sul de Goiás, que foi inserida na rota mercantil do Sudeste.

O baixo dinamismo da economia do norte de Goiás refletia-se na dinâmica populacional da região em 1900 o norte contava com 67.748 pessoas, representava pouco mais de 25% da população total do estado de Goiás. Nos anos de 1950 a população havia reduzido para aproximadamente 16% (FEITOSA, 2011).

Até a década de 1960 o setor industrial no norte Goiano era quase inexistente, nos anos de 1970 o setor constituía-se por algumas unidades fabris ligadas à produção de alimentos, madeira e produtos minerais não metálicos. O setor era constituído basicamente de

²⁷ O apoio ao desenvolvimento agrícola na região centro-oeste se deu com o apoio de capital do centro-sul com o objetivo de promover ocupação demográfica e econômica da região. Ver Arbués 2002.

²⁸ O Rio Formoso é o projeto mais antigo do Estado. Foi construído em 1979, quando o Tocantins ainda era Norte de Goiás. O projeto utiliza sistemas de irrigação do tipo inundação e subirrigação, em uma área de 20 mil hectares para cultivo de arroz irrigado no período chuvoso, e para soja (produção de semente), milho, feijão e melancia no período seco. <http://www.diadecampo.com.br>.

pequenas empresas e correspondia a 7,5% do total de indústrias localizadas em Goiás (FEITOSA, 2011).

O atraso produtivo e a reduzida mercantilização da economia, associados a baixa densidade demográfica, eram os principais traços da economia do norte de goiano. Praticamente não existia um setor industrial e as poucas unidades que eram encontradas estavam mais próximas de indústrias artesanais e não fabris (FEITOSA, 2011).

A crise de 1929, fez com que houvesse mudanças do padrão de acumulação praticado no Brasil, que até então, era de uma economia exportadora. Havia necessidade de gerar emprego e renda e para que isso acontecesse ocorreram mudanças importantes na política, favorecendo a industrialização brasileira (SOUZA, 2008).

O primeiro período dessa nova forma de industrialização foi chamado de industrialização restringida e caracterizou-se por liderar o processo de acumulação nacional (TAVARES, 1998). Nesse período acreditava-se que o desenvolvimento da agricultura ocorreria como consequência natural do desenvolvimento da indústria (FEITOSA, 2011).

Para Suzigan (1986, p.36):

As políticas monetária e fiscal expansionistas da década de 1930 e a redução da capacidade de importar estimularam o crescimento da produção nas indústrias de bens de consumo previamente estabelecidas e um concomitante processo de rápida industrialização substitutiva de importação de bens intermediários e bens de capital. No entanto, essa substituição de importação não foi suficiente para estabelecer as indústrias produtoras, de insumos básicos e bens de capital.

Após a crise de 1929, inicia-se o período em que o governo começa a desvincular-se da acumulação cafeeira, e vai até o início da década de 1950 com a produção para substituição de importação²⁹ e a um intenso aumento do crescimento da indústria (TAVARES, 1998).

Segundo Furtado (2000, p. 252) “A industrialização substitutiva de importações torna-se possível naqueles países subdesenvolvidos que conheceram uma primeira fase de industrialização induzida pela expansão de exportações primárias.” Os lucros obtidos no setor cafeeiro, nas fases de prosperidade, fez com que a concentração produtiva em São Paulo fosse diferenciada.

As grandes inversões feitas pelo mesmo setor, embora com um retorno baixo, geravam a absorção da economia de subsistência, financiando a imigração europeia e promovendo a expansão do setor monetário, dando origem a formação de um mercado interno que pode ser chamado de grande, abrindo caminho para os investimentos industriais.

²⁹ Para maior aprofundamento sobre produção para substituição de importação, ver Tavares, 1998.

A concentração produtiva no sudeste assumiu destaque no cenário nacional, principalmente no estado de São Paulo. Ela possibilitou ao estado a posição de destaque nacional, tinha como uma das suas principais características a forte concentração de capital.

Conforme Feitosa (2011, p. 37).

O avanço da industrialização, que tinha como uma das suas principais características a forte concentração espacial em São Paulo, exigiu a integração do mercado brasileiro, redefinindo as relações entre os espaços economicamente diferenciados. Não tardou para que parte do território goiano fosse incorporada ao processo de acumulação nacional, fornecendo matérias-primas e gêneros alimentícios para a indústria paulista.

A parte do território goiano que foi incorporado na dinâmica produtiva nacional foi a região sul, devido sua proximidade com São Paulo. E sua integração deu-se preponderantemente via setor agrário. A região norte de Goiás não foi incorporada na dinâmica nacional. As precárias vias de comunicação e as grandes distâncias não permitiram o estabelecimento de relações comerciais tanto intrarregionalmente quanto com outras áreas (FEITOSA, 2011).

O segundo período do desenvolvimento industrial brasileiro teve início na década de 1950, e foi caracterizado pela grave diferença no desenvolvimento regional brasileiro. Acreditava-se que o apoio a industrialização pudesse ajudar no processo de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

A intervenção estatal foi necessária na busca para superar as desigualdades regionais (DINIZ E CROCCO, 2006). Com o apoio da ação institucionalizada das políticas de desenvolvimento regional foram criadas as Superintendências de apoio ao desenvolvimento regional entre elas a Codeco transformada mais tarde em Sudeco (CANO, 2007).

Em Goiás a intervenção federal com o objetivo de promover o desenvolvimento regional não foi contínua e nem articulada até os anos de 1960. Após o golpe militar em 1964, as políticas para o desenvolvimento regional no Brasil foram alteradas. O objetivo das políticas regionais que eram de promover a redução das desigualdades regionais, foi substituído pela integração regional dos sistemas econômicos para o crescimento econômico (FEITOSA, 2011).

2.7 A primeira cisão

Em 29 de janeiro de 1748, houve a separação da capitania goiana da paulista, já que até então as regiões mineradoras do Centro-Oeste estavam subordinadas a capitania de São

Paulo. Primeiro foi Minas Gerais a tornar-se independente, em seguida foi dada a autonomia administrativa da capitania de Goiás.

Segundo Parente (2007, p.57) “Inicialmente, as jazidas goianas ficaram jurisdicionadas a capitania paulista na condição de intendência”. Porém, com a descoberta de novas minas muito distantes e de difícil acesso, difícil comunicação e que necessitava de poder coercivo próximo, ficou inviável a permanência das minas goianas a jurisdição paulista o que levou a separação da capitania goiana da paulista.

Conforme Cavalcante (2003, p.21) “Na dinâmica da economia de mineração, primeira metade do século XVIII, assinala-se a manifestação inicial de oposição do Norte ao Centro-Sul de Goiás.” Os impostos cobrados na capitação das Minas do Norte eram superiores aos cobrados nas minas do centro-sul o que levou os mineradores do Norte a sentirem a ação fiscal.

O isolamento das minas do norte, somado aos altos impostos cobrados fizera surgir na população das minas do norte o sentimento separatista. O relacionamento entre a região norte com a do sul de Goiás só se dava quando necessário (CAVALCANTE, 2003).

Devido à área geográfica de Goiás ser extensa, dificultava a administração do território, segundo Feitosa (2011, p.21) “em 1809 foi instaurado um ato administrativo que dividia a capitania de Goiás em duas Comarcas: a de Goiás, (...) e a do Norte” a expectativa na instauração da Comarca era a esperança da reorganização econômica local.

Segundo Oliveira (2002, p.14) “Essa divisão foi realizada pelo Decreto Real de 18 de março de 1809”. A economia da região iniciava a transição de uma economia mineradora para uma pastoril.

A divisão da comarca foi uma medida para auxiliar na redução de gastos administrativos da Província. Nomeou-se para ouvidor responsável pela administração da comarca do norte o desembargador Joaquim Theotônio Segurado e pela do sul o capitão-general Sampaio (OLIVEIRA, 2002).

A sede do norte foi batizada com o nome de São João das Duas Barras, por ter como local escolhido para a implantação a confluência dos rios Tocantins e Araguaia, porém a escolha desse ponto ser muito distante dos julgados mais próximos e dos povoados inviabilizou a construção da nova sede. Outro agravante para a não construção da nova sede foi a de que o solo naquela região era impróprio para a agricultura (CAVALCANTE, 2003).

O ouvidor nomeado para a comarca fez vários apelos ao Príncipe Regente que cinco anos depois, mudou sua decisão. Segundo Cavalcante (2003, p.27) “(...) baixou o Alvará de

25 de fevereiro de 1814, mandando erigir a Vila na Barra da Palma, por ser este ponto mais central e cômodo”.

A situação de miséria no norte de Goiás se agravava muito após a exaustão das minas. Alguns povoados desapareceram. A complicada situação econômica da região somada a oposição ao movimento pela independência política do Brasil, perante Portugal, originou o primeiro movimento separatista do norte goiano, nos anos de 1821 e 1823 (OLIVERA, 2002).

Segundo Cavalcante (2003, p.35) “Em 14 de setembro de 1821 (...) instalou-se o Governo independente do Norte, com a capital provisória em Cavalcante. Concretizava-se assim, a ruptura política entre o Norte e o Centro-Sul de Goiás”. Porém, essa ruptura política durou até 1823, quando o Príncipe Regente não reconheceu como legítima a divisão.

Segurado defendia que a instalação do Governo na Comarca do Norte iria resolver problemas econômicos, políticos, administrativos e até mesmo geográficos que a região enfrentava.

Em 1823 o ouvidor Theotônio Segurado, regressou para Lisboa, fato que somado a posição de não independência política do Brasil defendida pelo próprio Segurado e a fatores como a mudança da capital de Cavalcante para Natividade enfraqueceram o movimento de luta pela independência do norte de Goiás (OLIVEIRA, 2002).

CAPÍTULO III – O PROCESSO DE CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

A divisão territorial no Brasil de modo geral é resultado do passado colonial de sua formação, sendo o território o elemento fundamental da caracterização da sociedade e do estado.

A divisão territorial no Brasil não é recente, ao longo de sua história é comum encontrar fatos ligados a esse objetivo. O capítulo que segue relata a bipartição do estado de Goiás e a criação do estado do Tocantins ocorrido em 1988 e responde aos segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa proposta. Apresenta os aspectos relacionados a criação das capitais Palmas e Goiânia, comparando alguns aspectos geográficos e populacionais. Destaca as mudanças geográficas, políticas e populacionais ocorridas após a bipartição, que atingiram tanto Goiás como o Tocantins. Aborda a crescente urbanização nacional e regional inclusive das unidades federativas Goiás e Tocantins. Descreve os aspectos econômicos formadores do PIB dos dois estados.

3.1 A Divisão Territorial Brasileira

O Brasil é uma República Federativa composta pela União, 26 estados, Distrito Federal e 5.565 municípios. As alterações nas fronteiras estaduais são o testemunho das muitas mudanças ocorridas no pacto federativo da República brasileira.

As mudanças repercutiram na definição de como o território foi sendo subdividido entre suas esferas político-administrativas, reconfigurando o mapa político do Brasil ao longo dos anos. Segundo Saquet (2011, p.9) “O território é construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. Portanto, é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado sobretudo a partir de relações de poder”.

Enquanto resultado de poder e da ação sobre o espaço geográfico a formação do território brasileiro se moldou no tempo e no espaço, sua ocupação socioeconômica ocorreu sobre a própria ação do Estado (FIGUEIREDO, 1996).

A divisão político-administrativa do Brasil foi sendo construída desde que a América começou a ser ocupada pelas nações ibéricas (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

Historicamente essa formação ocorreu devido ao colonizador europeu, que visava

aconstrução de um espaço e de uma sociedade que tinha na ocupação do solo e na expansão territorial a base de poder (FIQUEIREDO, 1996).

Pode-se afirmar que na história brasileira, os aspectos geopolíticos e geoeconômicos, estiveram fortemente ligados a formação territorial e simbólica do território, marcados pela continentalidade, diversidade regional e cultural do Brasil (FIQUEIREDO, 1996). O presente é muito rápido, portanto, fugaz e está contido no passado influenciando na construção futura do território (SAQUET, 2011).

A mudança mais recente no quadro das Unidades da Federação ocorreu com o antigo Estado de Goiás que, por determinação da Constituição Federal de 1988, foi dividido para dar lugar aos Estados de Goiás e do Tocantins (IBGE, 2013).

A bipartição de Goiás ocorreu no mesmo período em que teve início a segunda geração de políticas regionais no Brasil. Ao contrário da primeira geração onde a influência da teoria Keynesiana era forte e a defesa da intervenção do Estado na economia era entendida como necessária. A segunda geração defende que o estado deixe de ser interventor e passe a ser visto como Estado Mínimo, prevalecendo somente com as funções básicas (DINIZ E CROCCO, 2006).

3.2 O sonho realizado

O desejo separatista permaneceu vivo e o sonho de separar o norte do centro-sul de Goiás não se limitou ao ocorrido no século XIX, alguns projetos de criação do estado do Tocantins foram articulados no século XX, principalmente entre os anos, 1956-1960 e 1985-1988, além de alguns discursos isolados em defesa da autonomia realizados pela imprensa local (CAVALCANTE, 2003).

O sonho separatista tornou-se realidade no dia cinco de outubro de 1988, pelo artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição, foi criado o Estado do Tocantins, através do desmembramento da parte norte do estado de Goiás, acima do Paralelo 13.

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no §3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos,

conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º - O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Constituinte.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988 [...];

§ 7º - Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos (BRASIL, 1988).

Criado o estado a imediata preocupação foi com a realização das eleições para governador e representantes do congresso. As eleições diretas foram realizadas em 15 de novembro de 1988, sob a coordenação do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (FEITOSA, 2011).

3.3 Uma nova capital

A criação do estado exigiu a escolha de uma cidade para ser a capital e a cidade escolhida foi Miracema do Tocantins³⁰, porém foi escolhida como capital provisória, o objetivo era construir uma capital assim como Goiás havia feito com sua capital Goiânia³¹ na década de 30.

O início da construção da nova capital chamada de “Palmas³²”, ocorreu em maio de 1989. Segundo Cavalcante (2003, p.170) “Finalmente, em 20 de maio de 1989, foi lançada a pedra fundamental da nova capital”. A transferência dos poderes públicos para a nova capital só aconteceu a partir de 1º de janeiro de 1990.

Aspectos geográficos foram levados em consideração ao escolher o local da construção da nova capital, ela foi projetada para ser construída entre a margem direita do rio Tocantins e a Serra do Lajeado, com sua localização no centro geográfico do estado do Tocantins (FEITOSA, 2011).

³⁰ O Poder Executivo designou que uma das cidades do Estado fosse a Capital provisória até a aprovação da sede definitiva (CAVALCANTE, 2003). A escolha de Miracema do Tocantins como sede provisória do governo do Tocantins foi uma “decisão” do Presidente da República José Sarney, através do Decreto nº 97.215 de 13 de dezembro de 1988 (FEITOSA, 2012).

³¹ Goiânia é a capital do estado de Goiás.

³² Um dos objetivos da criação de uma nova cidade para ser a capital do estado era evitar a disputa das lideranças políticas locais e favorecer os municípios localizados na margem esquerda do rio Tocantins, que não foram beneficiados pela construção da BR-153 (FEITOSA, 2011).

Quando Goiás escolheu o local para construir Goiânia, os aspectos geográficos mais valorizados foram: condições hidrográficas, topográficas, climáticas e a proximidade com a estrada de ferro que representava na época o principal meio de transporte do estado. A ferrovia permitia a chegada de pessoas e de produtos em Goiás. Assim como a saída do excedente produzido, ligando o estado na dinâmica produtiva nacional. A mudança para a nova capital, Goiânia, ocorreu nos anos de 1930 a 1940 do século XX (SIQUEIRA, 2009).

Quadro 2 - População das capitais, Goiânia e Palmas, e percentual (%) de crescimento apresentado de 1990 a 2014.

ANOS	1990	2000	2010	2014	2014/1990
PALMAS	24.261	137.045	228.332	265.409	
TAXA DE CRESC.		464,88%	66,61%	16,24%	993,97%.
GOIÂNIA	920.840	1.090.737	1.302.001	1.412.364	
TAXA DE CRESC.		18,45%	19,37%	8,20%	53,38%

Fonte: IBGE 2014. Elaborado pela autora

O crescimento de Palmas foi expressivo, como pode ser observado no (Quadro-2), principalmente nos primeiros dez anos de construção, apresentou percentual surpreendente de 464,88%. Entre os anos de 2000 a 2010 seu crescimento atingiu 66,61%. Foi inferior ao apresentado nos primeiros dez anos de criação da capital. Entre 2010 e 2014 apresentou crescimento de 16,24%, sendo quase o dobro do crescimento apresentado por Goiânia no mesmo período que foi de 8,20.

O que chama a atenção para o crescimento de Palmas é o crescimento acumulado de 1990 a 2014 que foi superior ao de todas as capitais brasileiras atingindo 993,97% (IBGE, 2015)

Goiânia atingiu entre os anos de 1990 a 2000, o crescimento de 18,45%, um crescimento representativo para uma capital que foi inaugurada nos anos de 1930.

De 2000 a 2010, Goiânia apresentou aumento no percentual de crescimento de 0,92, comparada a década anterior.

Palmas foi a capital brasileira que apresentou maior índice crescimento populacional em 2014, com o índice de 2,91%, muito superior ao de Goiânia que no mesmo período apresentou o crescimento de 1,35% (IBGE, 2015).

A construção da capital atraiu grande contingente de pessoas não apenas de outros estados, mas também dos municípios tocantinenses, grande quantidade de jovens em busca de trabalho e estudo, deslocaram-se para a nova capital. Sua construção foi importante para o processo de urbanização do estado do Tocantins, até a construção da nova capital as áreas mais urbanizadas encontravam-se às margens da BR – 153. De acordo com Saquet (2011, p11) “A cidade é o local por excelência da tomada de decisões”.

Palmas, transformou-se no centro de integração regional do estado, e assumiu o comando no processo de integração política, econômica, populacional e educacional. Com a construção da capital no centro geográfico do estado, fora das margens da rodovia, deu-se início ao desenvolvimento de uma região que não havia sido beneficiada pelo desenvolvimento trazido pela BR- 153.

As cidades podem ser compreendidas como espaços privilegiados onde ocorre produção, circulação, troca, consumo e de reprodução ampliada do capital (SAQUET, 2011).

As cidades e regiões urbanas são responsáveis pelo processo de desenvolvimento econômico e evolução das sociedades. É um espaço onde ocorre o aumento de competitividade, inovação, crescimento de atividades de serviço e diversificação da produção (VAZQUEZ BARQUERO, 2001).

De acordo com Estevam (2004, p.109):

A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o planalto central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma possibilidade geográfica futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional.

A construção de Goiânia incentivou a exploração e a ocupação do centro-sul, recebeu uma forte migração que avançou sobre parte do médio norte e que junto com a construção da Belém-Brasília, mudou o quadro dos centros urbanos da região.

O eixo Goiânia-Anápolis, após a inauguração da nova capital, tornou-se um polo de desenvolvimento para o Estado de Goiás, superando o então líder triângulo mineiro que, até então, estava numa posição de liderança econômica e, às vezes, política da região (SIQUEIRA, 2009).

Para o desenvolvimento endógeno a cidade representa o espaço das mudanças do sistema econômico e do sistema produtivo, da reorganização do sistema institucional. Elas desempenham como sempre fizeram um papel estratégico na evolução das sociedades e no desenvolvimento econômico. É o local de interação onde ocorre o encontro de quem detém o poder de decisão, assim como de técnicos e trabalhadores (VAZQUEZ BARQUERO, 2001).

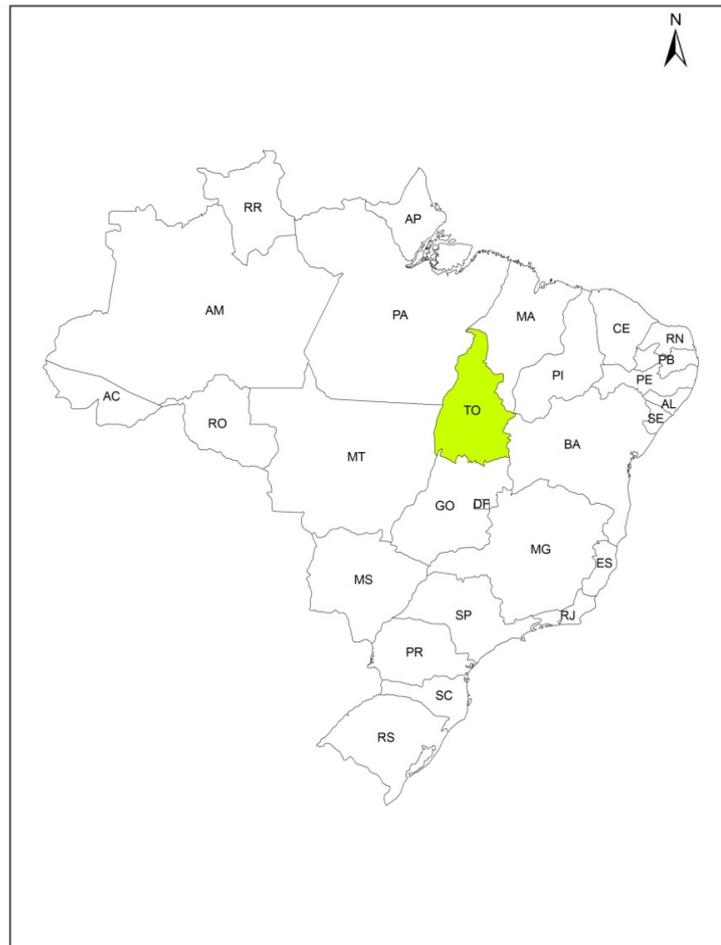
3.4 Mudança geográfica, política e populacional de Goiás após a bipartição

A criação do Tocantins provocou mudanças no quadro geográfico, político e populacional de Goiás.

A área de terra destinada para a criação do estado do Tocantins foi equivalente a um total de 44% do estado de Goiás o que representa 277.720,569 Km². Abrange 3,26% da área total do território brasileiro, levando o Tocantins a ocupar a décima posição entre os estados brasileiros com maior extensão territorial, possui 139 municípios (IBGE, 2010).

A seguir mapa do estado do Tocantins.

Mapa -1 Estado do Tocantins

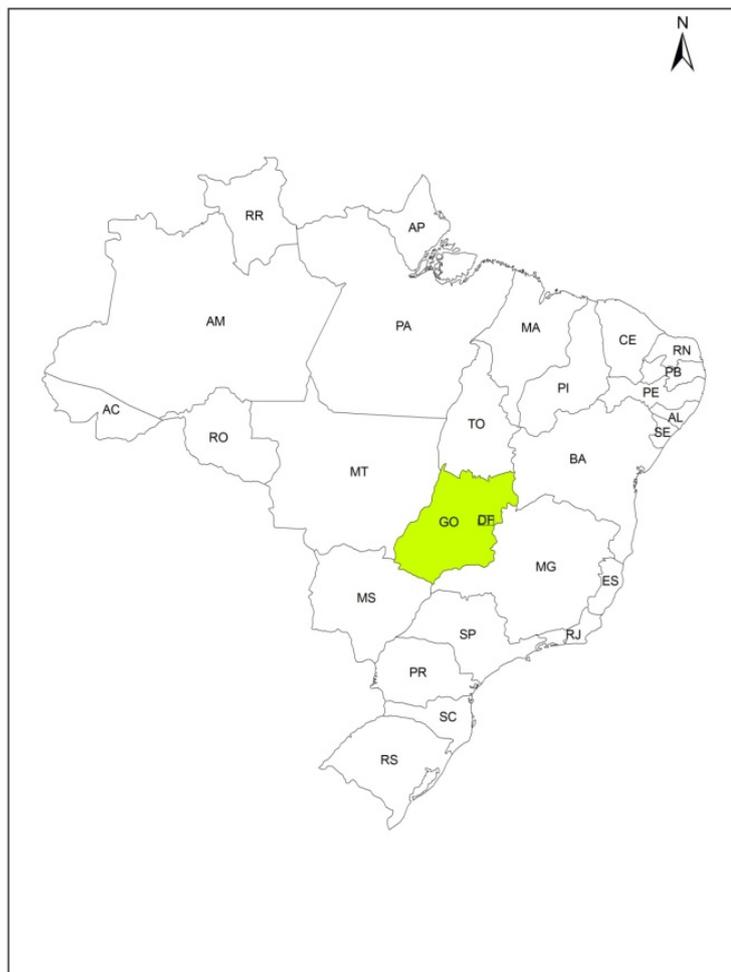


Fonte: Elaborado pela autora

Goiás permaneceu com 56% do seu território o que representa um total de 340.111,376 Km². Representa 3,99%, da área do território brasileiro, ocupa a sétima posição entre os estados brasileiros com maior extensão territorial, possui ao todo 246 municípios (IBGE, 2010).

A seguir mapa do estado de Goiás após a bipartição.

Mapa -2 Estado de Goiás após a bipartição

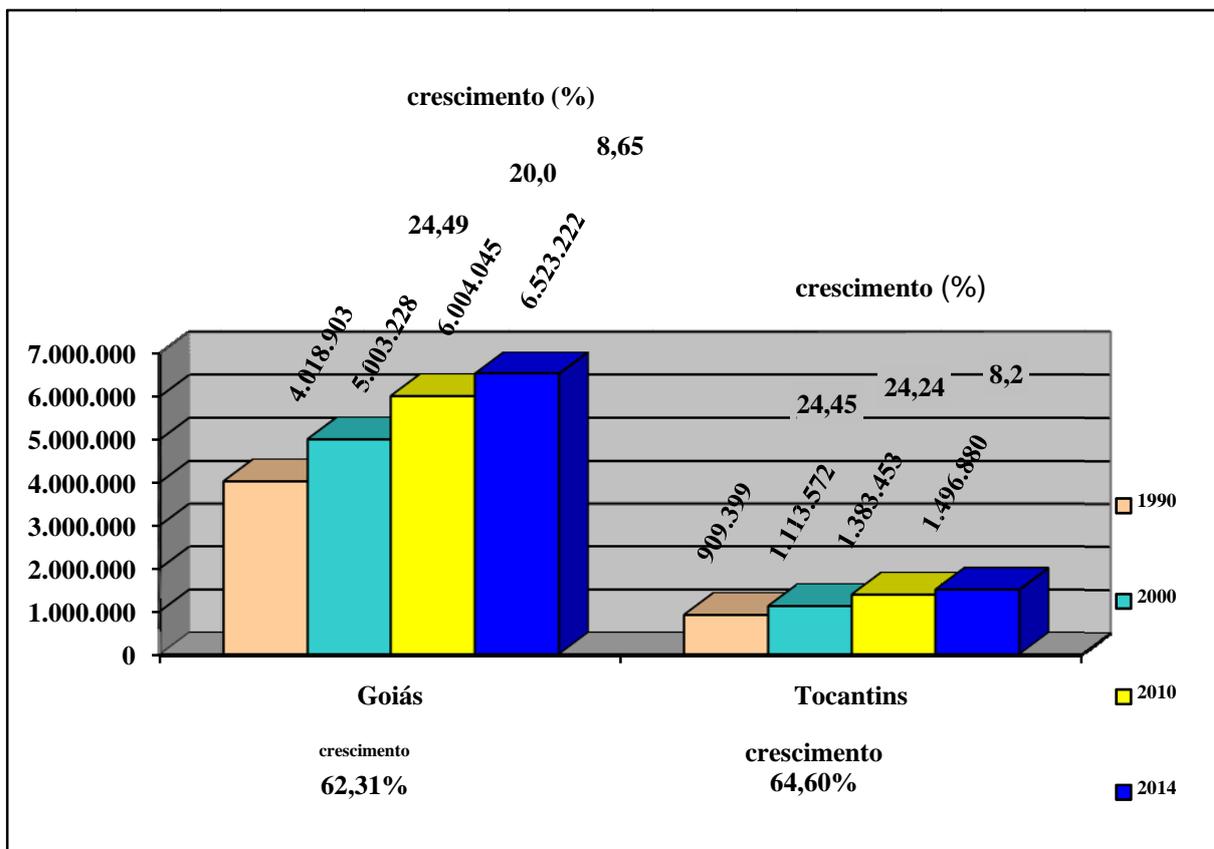


Fonte: Elaborado pela autora

A população de Goiás foi alterada com a criação do Tocantins, quem residia na porção norte do estado passou a ser contada como população do Tocantins.

Segue gráfico com os dados populacionais de Goiás e Tocantins após a criação do Tocantins.

Gráfico 1- População de Goiás e Tocantins de 1990 a 2014.



Fonte: IBGE 2014. Elaborado pela autora

O que pode ser observado no (Gráfico-1) é que Goiás mesmo sofrendo a baixa populacional com a criação do Tocantins apresentou crescimento surpreendente de sua população no período de 1990 a 2014, que foi de 62,31%.

O crescimento da população de Goiás foi superior à média nacional anual que para o período de 1990 a 2000 foi de 1,63% e no período de 2000 a 2010 foi de 1,7%, enquanto a média goiana de crescimento entre 1990 a 2000 foi de 2,46%, e de 2000 a 2010 foi de 1,84%.

A taxa média brasileira de crescimento populacional em 2014 foi de 0,83% e a de Goiás no mesmo período foi de 1,39%, mesmo apresentando queda no crescimento populacional no período compreendido entre 2010 e 2014, o estado se manteve bem à frente da média nacional (IBGE, 2013).

O crescimento populacional do Tocantins no mesmo período de 1990 a 2014 foi de 64,60%, e foi superior ao de Goiás em 2,29%.

O crescimento da população do Tocantins no período de 1990 a 2000 foi 2,58% enquanto a média nacional para o mesmo período foi de 1,63%. Já para 2000 a 2010 a média

de crescimento foi inferior ao da década anterior, apresentando 1,80%, porém ainda se manteve à frente da média nacional para o mesmo período que foi de 1,17%.

A população goiana por gênero era representada em 1990, por 50,15% de homens. Em 2000 caiu para 49,82% e em 2010 por 49,66%. A queda no período entre 1991 e 2010 foi de 0,33% (IBGE/IPEA, 2013).

O número da população de mulheres em Goiás em 1990 era de 49,85%. Cresceu para 50,18% em 2000 e para 50,34% em 2010, fazendo com que o estado apresente 0,68% a mais de mulheres (IBGE/IPEA, 2013).

Do total da população tocantinense por gênero, em 1991, 48,81% era composta por mulheres. Em 2000 aumentou para 48,85% e em 2010 para 49,23%. Embora a população de mulheres tenha apresentado crescimento de 0,42% no período que vai de 1991 a 2010, ainda é menor que a população masculina no estado (IBGE/IPEA, 2013).

A população que era composta de 51,19%, de homens em 1991, caiu para 51,15%, em 2000 e para 50,77% em 2010. Mesmo apresentando queda progressiva no período de 1991 a 2010, a população masculina ainda se mantém em 1,54%, maior que a de mulheres no Tocantins (IBGE/IPEA, 2013).

3.5 A urbanização em Goiás e Tocantins

Quadro 3 - População urbana em (%) no Brasil, nas Regiões Norte e Centro-Oeste e das UFs – Tocantins e Goiás no período 1991/2010

ANO	BRASIL	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO-OESTE	UNIDADE FEDERATIVA TOCANTINS	UNIDADE FEDERATIVA GOIÁS
1991	75,59 %	59,05 %	81,28 %	57,69 %	80,81 %
2000	81,33 %	69,92 %	86,73%	74,3%	87,64%
2010	84,35 %	73,51%	88,80%	78,81%	92,00%

Elaborado pela autora: Fonte IBGE- Censos Demográficos 1991/2000/2010

Na análise do (Quadro -3) pode ser observado que nos de 1991 a 2000 o volume da população nas áreas rurais diminuiu cerca de 4,0 milhões de pessoas em todo o território brasileiro. Essas reduções devem-se as perdas populacionais rurais para áreas urbanas em

todas as Grandes Regiões brasileiras (IBGE, 2013). O avanço da urbanização deu-se por todas as regiões inclusive nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Em 1991 a taxa de urbanização brasileira era de 75,59%. Nos anos 2000 ela subiu para 81,35% e em 2010 para 84,35%. Observando a tabela é possível notar que a urbanização brasileira é superior à da Região Norte e do Tocantins, porém pode ser entendido que desde 1991 ela é inferior à da Região Centro-Oeste e a de Goiás (IBGE, 2010).

A taxa de urbanização da Região norte que nos anos de 1991 era de 59,05%, subiu 69,92%, em 2000. Esse crescimento foi superior a taxa de urbanização da Região Sudeste no mesmo período. Em 2010 ela alcançou 73,51%. A região norte em 2010 deteve um total de 8,3 %, da distribuição relativa da população brasileira. Apresentou uma população de 15.864.454 habitantes, permanecendo como quarta região mais populosa do Brasil (IBGE, 2013).

A Região Centro-Oeste que apresentava uma taxa de urbanização em 1991 de 81,28% apresentou em 2000 um percentual de 86,73% e em 2010 de 88,80%. A região Centro-Oeste em 2010 deteve 7,4% da distribuição relativa da população brasileira com uma população de 14.058.094 habitantes, ocupando o último lugar entre as cinco regiões (IBGE, 2013).

A urbanização no estado do Tocantins passou de 57,69%, nos anos de 1991 para 74,3% em 2000, um resultado surpreendente para o novo estado. Saiu de 2000 com 74,3% e saltou para 78,8% em 2010. O Tocantins apresentou urbanização superior à da Região Norte, no período estudado, porém inferior à do Brasil.

A urbanização do estado de Goiás que era de 80,81% nos anos de 1991, cresceu para 84,67% em 2000, foi inferior a taxa de crescimento urbano do estado do Tocantins no mesmo período, mas ainda representou uma das maiores médias nacionais. Saiu de 2000 com uma taxa de crescimento urbano de 84,67% para chegar em 2010 a uma taxa de 92%, perdendo somente para a taxa de urbanização dos estados da região Sudeste (IBGE, 2013).

As áreas urbanas exercem atração não só pelas questões econômicas, mas pela gradual possibilidade de acesso a escolas, universidades e hospitais, elas são compreendidas como espaços privilegiados de produção, circulação troca e consumo (SAQUET, 2011).

A partir dos anos de 1950, o Brasil deixou de ser um país com características rurais e passou a ser um país com características de país urbanizado. A primeira taxa de crescimento negativa da população rural brasileira foi observada no período de 1970-1980, e refletiu uma característica das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, na década de 70. Na Região Sudeste

esse fato já vinha ocorrendo desde a década de 1950, devido ao grande número de empregos gerados pela concentração industrial que atraía grande contingente populacional migratório, vindos principalmente da região Nordeste, que era assolada pela seca (CANO, 2007).

Quando a urbanização ocorre devido a transferência das pessoas residentes nas áreas rurais, como pequenas localidades é porque a economia urbana subordina e transforma a economia rural, provocando uma reprodução ampliada de capital integrando a agricultura às necessidades do mercado urbano (GOMES, 2012).

A seguir mapa da urbanização das unidades federativas brasileiras.

Mapa -3Índice de Urbanização das Unidades Federativas – 2010.



Fonte: SEGPLAN-2010

Através da análise do (mapa-3) evidencia-se, que o país está mais urbanizado e que Goiás juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro apresentam um nível elevado de

urbanização. Tocantins tende a continuar aumentando sua urbanização, já que a necessidade de mão-de-obra no campo vem diminuindo devido a modernização nas formas de produção.

As cidades são territórios onde os espaços industriais e de serviços são construídos. As decisões de investimentos, somadas com a localização das atividades produtivas, favorece o desenvolvimento urbano, a troca de bens, serviços e conhecimento, influenciam na economia e possibilitam a difusão do conhecimento (VÁSQUEZ BARQUERO, 2011).

3.6 Aspectos econômicos

Após pesquisar a formação da região norte e sul de Goiás, a história de criação do estado do Tocantins, o contingente populacional e a urbanização de Goiás e Tocantins, falta responder qual a real diferença na formação do PIB dos dois estados.

O período escolhido para a coleta de informações contempla a primeira, segunda e parte da terceira décadas de criação do Tocantins. Porém, como a essência da pesquisa é histórica, serão resgatadas informações sobre o desenvolvimento econômico das regiões Norte e Centro-Oeste desde os anos de 1960. Quando foram implantadas as primeiras políticas para o desenvolvimento regional no Brasil com o objetivo de corrigir a disparidade econômica que existe entre as grandes regiões brasileiras (CANO, 2007).

Quadro 4 - Participação das cinco grandes regiões no Produto Interno Bruto Brasil – 1990 a 2010 em (%)

REGIÕES	1990	2000	2010
NORTE	4,94%	4,60%	5,03%
NORDESTE	12,86%	13,09%	13,05%
SUDESTE	58,83%	57,79%	55,04%
SUL	18,21%	17,57%	16,05%
CENTRO-OESTE	4,77%	6,95%	9,30%

Fonte: Contas regionais – IBGE 2010. Elaborado pela autora.

A região Norte é composta por sete unidades federativas que são: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins. Com a leitura e análise do (Quadro-4)Pará contribui para a construção do PIB da região com 2,1% sendo o estado com maior contribuição, em segundo lugar o Amazonas com 1,5%, terceiro lugar Rondônia com 0,7% e em quarto lugar Tocantins com a contribuição de 0,4% (IBGE, 2012).

No período apresentado que vai de 1990 a 2010 a região Norte apresentou crescimento de 0,09%, superior ao das grandes regiões brasileiras. Tanto a região Sudeste como a região Sul apresentaram queda de crescimento no mesmo período. Já a região Nordeste apresentou aumento significativo entre 1990 e 2000, mas entre 2000 e 2010 também apresentou queda no crescimento na ordem de 0,4%.

Para se ter uma ideia do desenvolvimento da região Norte, nos anos de 1960, o PIB da região Norte correspondia a 2,7% do PIB brasileiro; em 1990, essa percentagem havia se elevado para 4,94% e em 2010 para 5,03%. Muita coisa mudou, nos últimos cinquenta anos, do ponto de vista espacial, na economia e na sociedade brasileira: surgiram novas regiões econômicas, vazios demográficos foram ocupados, e houve a inserção de um novo estado na região Norte, que foi o Tocantins (GOMES, 2012).

Grande parte dessas mudanças deve-se ao estímulo ao desenvolvimento das regiões brasileiras e das medidas implantadas em fins de 1950 e início da década de 1960 (CANO, 1977). Dentre as medidas criadas para estimular ou corrigir as diferenças no crescimento regional, uma delas foi a utilização de Incentivos Fiscais de isenção, redução e reinvestimento do Imposto sobre a Renda, além da efetivação de políticas em fomento, para atender as necessidades principalmente da Amazônia Legal e da Região Nordeste (<<http://www.integracao.gov.br/web/guest/historico/>>).

A região Centro-Oeste está composta pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. O Distrito Federal é responsável por 4,0%, de todo o PIB da região. Em segundo vem Goiás com 2,6%, terceiro Mato Grosso com 1,6% e por fim Mato Grosso do Sul, com a participação de 1,1% (IBGE, 2014).

Se analisar o PIB da região Centro-Oeste dos últimos cinquenta anos, constata-se que de 2,6% nos anos de 1960, passou nos anos de 1990 para 4,77% e para 9,30% em 2010. Esse crescimento reforça a tendência de redução das desigualdades entre as regiões. Na década de

50 do século XX, surgiram as primeiras discussões para criação e conscientização da importância das políticas públicas de incentivos fiscais regionais no Brasil.

Segundo Cano (1977, p. 11) “A “Questão Regional”, quer dizer, o problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira, aflora definitivamente à consciência nacional entre fins da década de 50 e inícios da seguinte”. Com o aumento de informações sobre os níveis de desenvolvimento por região, foi possível o governo tomar conhecimento das grandes disparidades existentes entre elas.

Parte do crescimento do Centro-Oeste deve-se pelo desbravamento dos cerrados e a outra parte a construção de Brasília. De qualquer modo o Centro-Oeste foi a região brasileira que mais cresceu, economicamente, de 1960 a 2010 (GOMES, 2012).

A política de desenvolvimento regional a partir de 1974 apresentou como diretriz o crescimento econômico acelerado e contínuo, através da implantação de grandes programas federais para a expansão agrícola e agroindustrial para o Centro-Oeste e o Norte do país, foi grande estimuladora do crescimento da região (FEITOSA, 2011).

O estado de Goiás foi beneficiado com três programas: o Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB). No norte do estado, porém, atuaram somente o Polamazônia e o Polocentro (FEITOSA, 2011).

O desenvolvimento da economia brasileira nos últimos cinquenta anos ocorreu, primeiramente pela distribuição da atividade econômica pelo território, sugerindo a desconcentração econômica, abrindo espaço para que todas as regiões pudessem se desenvolver (GOMES, 2012).

Quadro 5 - Participação das UFs Goiás e Tocantins no PIB - do Brasil no período de 1990 a 2010

ESTADOS	1990	2000	2010
GOIÁS	1,75	1,97	2,6
TOCANTINS	0,16	0,4	0,4

Fonte: Contas regionais – IBGE 2010. Elaborado pela autora

Como pode ser visualizado no (Quadro5), Goiás apresentou crescimento do PIB na ordem de 0,85%, no período entre 1990 a 2010. Mas entre 2000 e 2010 a diferença apresentada foi expressiva atingindo 0,63%.

No período estudado Goiás aparece como a nona economia entre as unidades federativas brasileiras. Destaca-se como grande produtor agropecuário, porém também é uma unidade federativa industrializada. Aparece como a segunda maior economia da região Centro-Oeste (GOMES, 2012).

Sua agropecuária responde pela sexta colocação na ordem de maior contribuição nacional e ocupa a décima posição entre as UFs, na atividade econômica da indústria total. Na indústria de transformação, apresenta-se como a sétima UFs, com maior contribuição nacional. Goiás ocupa a décima colocação entre as UFs, que mais contribuem com a construção do PIB, com a atividade de serviços. No setor de comércio o estado fica com a oitava colocação (IBGE, 2010).

Pode ser observado que mesmo apresentando uma indústria expressiva no cenário brasileiro, a melhor performance de Goiás na contribuição nacional, ocorre com a agropecuária. Isso vem a confirmar que, para que as unidades federativas se desenvolvam é necessário primeiro que o desenvolvimento agropecuário seja forte, assim ele dará suporte ao processo industrial, vários países e regiões industrializados contaram, no passado, com uma agricultura expressiva (CANO, 2007).

No quadro de informações sobre o Tocantins pode ser observado que nos primeiros anos de sua criação apresentava o PIB, muito inferior ao apresentado por Goiás no mesmo período. E que o crescimento de 0,24%, ocorreu ainda na primeira década de criação do estado, quando o estado recebeu migrantes de várias regiões, que passaram a investir no estado principalmente na nova capital.

O que chama a atenção na análise é que o PIB do estado se estabilizou nas duas décadas seguintes. Esse apontamento deixa claro que deve ser investigado o porquê dessa estabilização e quais medidas devem ser tomadas para mudar esse quadro. Segundo Cano (2007, p.17) “Grande parte da miséria regional tinha suas raízes não só na política nacional de desenvolvimento”. A concentração da propriedade e da riqueza, nas mãos das elites locais deve ser considerada como influenciadora do processo de desenvolvimento.

O estado Tocantins é a vigésima quarta economia, entre as unidades federativas nacionais é um estado que se destaca na agropecuária, com a indústria pouco expressiva e só fica à frente das economias das Ufs, do Acre, Amapá e Roraima, todos pertencem a região norte (IBGE, 2010).

A agropecuária tocantinense ocupa a décima quinta posição dentre as UFs, sendo seu melhor resultado entre todos os itens abordados. A indústria total, a indústria de transformação, a atividade de serviços e a atividade de comércio encontram-se empatadas na vigésima quarta colocação entre todas as unidades federativas brasileiras (IBGE, 2010).

Segundo Cano (2007, p. 17)

Parte importante das causas da miséria regional deveria ser procurada no âmago e na história da própria região. Na herança de suas economias exportadoras, nas marginalizações do povo, por suas elites, na estrutura concentradora da propriedade e da riqueza, no mandonismo político local e, notadamente, nas representações políticas das regiões mais atrasadas junto ao Congresso Nacional, em geral ao extremo conservadorismo.

O que pôde ser percebido com a pesquisa é que só se compreende a diferença na formação econômica das duas regiões quando se estuda a história de formação de ambas. As diferenças estão enraizadas no processo de formação de Goiás e foram crescendo ao longo dos anos. Com a bipartição e a criação dos estados de Goiás e Tocantins, as diferenças no processo de desenvolvimento socioeconômico ficaram evidentes, não só na construção do PIB do Tocantins ser inferior ao goiano, mas nos aspectos ligados ao desenvolvimento urbano e populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa foi identificar os fatores históricos determinantes do desenvolvimento do estado do Tocantins a partir de uma análise histórica com Goiás. Para tanto, utilizou-se da pesquisa descritiva como apoio para encontrar a resposta para o questionamento que instigou a pesquisa.

Quais são os fatores determinantes ou responsáveis pela desigualdade no desenvolvimento dos estados de Goiás e Tocantins?

O desenvolvimento não pode ser entendido apenas como um processo de acumulação e de aumento de produtividade, mas principalmente, como um caminho para mudanças sociais e políticas no território. A constituição do território é tanto material como imaterial e dentro da imaterialidade de cada território é possível encontrar a história que deu origem a sua formação.

Pesquisar a colonização de Goiás foi a primeira e talvez mais importante tarefa do trabalho, pois foi possível conhecer os fatos históricos que influenciaram na formação socioeconômica da região apontando para uma disparidade bastante expressiva na formação das duas regiões.

Não só entre as regiões norte e sul de Goiás, mas destas com as terras localizadas próximas do litoral. As terras localizadas no interior do Brasil ou distantes das áreas litorâneas despertaram o interesse para a investidura após a exploração das riquezas naturais próximas do litoral.

O processo de colonização da região de Goiás seguiu um processo parecido com o do restante da colônia. Sua inserção na economia foi através da exploração do ouro. A descoberta das minas em Goiás atraiu grande contingente de exploradores para a região da descoberta, porém o ouro encontrado na região era o conhecido ouro de aluvião, que tem como característica ser levado pelas águas tanto da chuva como dos rios. Da mesma forma que o ouro era levado através dos rios os garimpeiros e os pequenos povoados também se locomoviam.

As constantes mudanças impediam a fixação da população na região e o desenvolvimento de arraiais. Quando as minas da região exauriram surgiu o primeiro grande problema para a região que foi o abandono das poucas vilas e povoados que haviam sido criados durante o ciclo do ouro.

A miséria tomou conta da região. Devido à característica extrativista da população, que vinha em busca do metal, não houve investimentos em cultivo de terras. As poucas plantações que havia eram simplesmente de subsistência. A mão-de-obra era utilizada nas minas, não havia excedente para cultivar a terra. A baixa densidade populacional da região aliada a falência das minas e a distância dos grandes centros, fez com que o isolamento da região perdurasse por muitos anos.

A alternativa econômica para a região passou a ser a criação de gado, pois o rebanho era capaz de caminhar até os compradores, e a disponibilidade de terras desabitadas propícias a criação era grande, além de ser uma atividade que exigia pouca mão-de-obra. Com isso a pecuária ganhou destaque na economia goiana com característica de criação extensiva, desenvolveu-se tanto no norte como no sul do estado. Porém, o gado do sul era vendido por um preço melhor que o do norte, a proximidade com o mercado consumidor favorecia.

A disparidade entre norte e sul de Goiás aumentou com a construção da ferrovia no início do século XX, símbolo de progresso e modernidade a ferrovia representou a integração da economia do centro-sul goiano com a economia do sudeste, foi possível exportar excedentes produtivos através dos trilhos, o que não ocorreu na região norte do estado.

Os trilhos abriram espaço para a migração de pessoas de outros estados entre elas a de mineiros e paulistas para as cidades localizadas as margens da ferrovia. Com a chegada de novos moradores a região começou a ser transformada, os novos moradores trouxeram consigo conhecimento de novas técnicas produtivas o que fez com que a diversidade na produção e na economia da região sul de Goiás melhorasse.

A construção de Goiânia nos anos de 1930 foi outro fator importante para o desenvolvimento da região centro-sul, junto da construção da nova capital vieram também novas estradas e grande quantidade de migrantes, possibilitou espaço para o desenvolvimento da região central e crescimento populacional.

Com uma economia crescente a região sul de Goiás passou a investir na abertura e melhoria das estradas de ligação à região Sudeste, já o norte permaneceu com o Rio Tocantins sendo o principal meio de transporte até os anos de 1960 quando a região foi beneficiada pela construção da BR-153.

A construção da BR-153, foi muito importante para a região norte goiana, junto com a construção da estrada vieram os migrantes que instalaram-se principalmente nas cidades

próximas da rodovia, estimulando o crescimento populacional que sempre foi difícil na região, pois ocorria somente em ciclos até então o do ouro e do quartzo.

Os incentivos ao desenvolvimento de Goiás contaram com o apoio do governo federal, que nos anos de 1960 destinou verbas para o financiamento de projetos rurais com o objetivo de desenvolver a região e fixar o homem no campo.

A expansão agrícola atraiu para a região centro-sul de Goiás mineiros, paulista e paranaenses, mas a região norte continuava com seus grandes vazios geográficos. Algumas mudanças foram sentidas no norte goiano a partir de 1970 e 1980 quando foi criado o projeto Rio Formoso criado pelo governo do Estado, como uma forma de desenvolver a região próxima do rio Araguaia, esse projeto atraiu a migração de gaúchos para a região.

O desenvolvimento industrial de Goiás ocorreu na região centro-sul, no norte até a década de 1960 era quase inexistente.

A história política de Goiás apresentou divergências desde o século XVIII, quando os impostos sobre a produção das minas situadas ao norte eram superiores aos das minas do sul, tal diferença fez surgir os primeiros sentimentos separatistas da região. A extensa área territorial da capitania dificultava a administração do território, o que fez com que, em 1809 fosse instaurado um ato administrativo que dividia a capitania de Goiás em duas Comarcas a de Goiás e a do Norte.

Com um histórico econômico difícil da região norte e com a oposição ao movimento de independência política brasileira, originou-se o primeiro movimento separatista do norte goiano entre os anos de 1821 e 1823. Em setembro de 1821 ocorreu a instalação do Governo independente do Norte que defendia que os problemas econômicos, políticos e administrativos da região seriam resolvidos. Mas o Príncipe Regente não reconheceu a ação como legítima, durando somente até 1823 quando o principal articulador da ação foi enviado de volta a Portugal. O discurso separatista permaneceu vivo e foi por anos defendidos por políticos locais até que em 1988, foi concretizado.

A bipartição de Goiás deu origem ao estado de Goiás abaixo do Paralelo 13 e ao estado do Tocantins acima do Paralelo 13. A criação de um novo ente federativo exigiu a construção de uma nova capital, batizada de Palmas. A criação do estado trouxe novas expectativas e sonhos para a antiga região norte. O sonho de melhorias atraiu grande contingente populacional para a região elevando o crescimento populacional entre 1990 a 2014 ao nível de 64,60%.

Vale ressaltar que Goiás após a bipartição também apresentou um crescimento expressivo de 62,31%. Os dois estados apresentaram a média de crescimento para o período superior a taxa nacional.

A urbanização que é crescente no país se apresentou superior a do novo estado no período compreendido de 1991 a 2010, já a taxa de urbanização de Goiás se manteve entre as maiores do Brasil e acima da média nacional. Goiás disputa com São Paulo e Rio de Janeiro as primeiras colocações entre as unidades federativas mais urbanizadas.

A economia das duas unidades federativas chama a atenção após os anos de 1990, pela disparidade, Goiás aparece como a unidade federativa dinâmica e representativa junto a construção do PIB nacional, deve-se ressaltar que Goiás trás na sua história aspectos relacionados ao desenvolvimento muito superior ao do Tocantins.

Tocantins ocupa a vigésima quarta colocação na colaboração da construção do PIB nacional, fica a frente somente de três unidades federativas que também pertencem a região Norte.

Mesmo com a criação do estado, o crescimento econômico no período analisado que foi de 1990 a 2010, não apresentou uma crescente produção e transformação da economia local, o que nos leva de volta as questões históricas de formação da região.

O território tem em si fatos históricos, culturais, geográficos que caracterizam seu povo, sua construção. As mudanças não ocorrem simultaneamente, exige tempo. Não se constrói uma economia forte em tão pouco tempo, principalmente numa região necessitada inclusive, de população.

A análise histórica leva a compreensão de que os fatores históricos determinantes do desenvolvimento da região norte goiana, que hoje pertence o Estado do Tocantins, ocorreu em pequenos ciclos, que podem ser constatados no quadro que segue:

Ciclos históricos de desenvolvimento da região norte goiana até 1988.

1°	O ciclo do ouro que iniciou em 1726 e foi até a exaustão das minas 1822
2°	A criação extensiva de gado, que iniciou após a exaustão da minas
3°	O garimpo de quartzo descoberto na região do Vale do Araguaia nos anos de 1930
4°	A construção da BR-153, nos anos de 1960
5°	A expansão agrícola através do projeto Rio Formoso nos anos de 1980
6°	A criação do estado do Tocantins em 1988

Elaborado pela autora

Principais aspectos detectados na região norte que não permitiram que o desenvolvimento ocorresse da mesma forma que na região sul do estado.

- 1- O despovoamento da região após a falência dos garimpos
- 2- Distância geográfica da região norte, das regiões que se despontavam no cenário econômico nacional no início do século XX
- 3- Pouco ou quase nenhum investimento em estradas, ferrovias, pontes e portos que beneficiassem o norte goiano
- 4- Agricultura de subsistência
- 5- Poucos recursos para investir na qualidade do rebanho produzido no norte
- 6- Distância da capital
- 7- Pouca propensão para atração de contingente populacional.

Fatos históricos de desenvolvimento da região sul goiana até 1988.

1°	O ciclo do ouro que iniciou em 1726 e foi até a exaustão das minas 1822
2°	A criação extensiva de gado logo após o ciclo do ouro
3°	A construção da ferrovia na região no início do século XX
4°	A integração da economia local com a economia da Região Sudeste estimulada pela ferrovia e proximidade com a região
5°	A chegada de mineiros e paulistas na região no início dos anos de 1900
6°	O desenvolvimento da agricultura nas primeiras décadas do século XX
7°	Investimento na melhoria do rebanho bovino no início do século XX
8°	A construção de Goiânia na década de 1930
9°	Recebimento de grande contingente populacional nos anos de 1930, atraídos pela construção de Goiânia
10°	A construção de novas estradas após a construção de Goiânia entre elas a BR-153
11°	Expansão agrícola nos anos de 1960, 1970 e 1980

Elaborado pela autora

A diferença marcante nos fatos históricos ligados ao desenvolvimento das regiões norte e sul de Goiás leva a entender o porquê da grande diferença no crescimento e desenvolvimento do PIB, de Goiás e Tocantins. Goiás teve um desenvolvimento diversificado e sólido enquanto Tocantins passou por ciclos de desenvolvimento que não se solidificaram e não fizeram com que a população fixasse no território.

REFERÊNCIAS

AJARRA, César. **O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 5-48, out./dez, 1991.

AMARAL FILHO, Jair do. **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México.** Rio de Janeiro. E-papers. 2011.

AMAZÔNIA, legal. **Lei N° 1.806 de 1953.** Disponível em: www.suapesquisa.com/geografia/amazonia_legal.htm. Acesso em, 15 de jul. 2015.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 127 p. (Coleção Repensando a geografia).

APOLINÁRIO, J. R. **Vivências escravistas no norte de Goiás no século XVIII.** In: GIRALDIN, O. (org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins.** 2ª. ed., Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p.137-170.

ARBUÉS, Margareth P. **A migração e a construção de uma (nova) identidade regional; Gurupi (1958-1988).** A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. ed., Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p.395-342.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** 1891, 1934, 1946, 1967, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 23 Ed. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em 2 de out. 2015.

_____. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2015.

BRITTO, Gustavo. **Abertura Comercial e Coeficiente de Conteúdo Importado na Indústria.** In: LAPLANE Mariano, COUTINHO Luciano, HIRATUKA Célio. **Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil.** São Paulo : Editora UNESP; Campinas; SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. Cap. 2, p. 59-104.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970.** 3ª edição. São Paulo. Editora UNESP, 2007.

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** DIFEL/DIFUSÃO S. A. 1977.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Alcino. **Metodologia Científica.** 5ª Edição. – São Paulo: Prentice Hall, 2002.

_____. **Metodologia Científica.** 6ª. Ed – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DENUZI, Vanessa Stafuza Sala. **Organizações e desenvolvimento local: o papel dos atores locais nos municípios de Assis chateaubriand e Palotina – Pr.** Revista Ciências Sociais em Perspectiva, ISSN: 1981-4747 (eletrônica) — 1677-9665 (impressa) Vol. 12 – Nº 23 – 2º Semestre de 2013.

DINIZ, Clélio Campolina. CROCCO, Marco Aurélio. **Economia Regional e Urbana.** Organizadores. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajétoria do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ESTEVAM, Luis. **O Tempo da Transformação**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

ESTEVES, Jussara Carvalho Batista. **Desenvolvimento rural e subdesenvolvimento econômico do baixo São Francisco sergipano**. São Cristóvão – 2012. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=837. Acesso em, 15 de jun. 2015.

FEITOSA, Cid Olival. **Do Antigo Norte de Goiás ao Estado do Tocantins: Elementos de uma Economia em Formação**. Campinas – SP [5.n], 2011.

FIGUEIREDO, AdmaHamam. **O território brasileiro**. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap4_pt1.pdf. Acesso dia 10 de jan. de 2016.

FURTADO, Celso. **Os desafios da nova geração**. Texto apresentado na III conferência Internacional da Red CelsoFurtado, realizada no Rio de Janeiro, maio de 2004. Publicado no *Jornal dos Economistas*, n.179, jun. 2004. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191735100.JornalEconomistasRioTextoRedCFje_jun2004_03.pdf

GOMES, Gustavo Maia. **A economia regional do Brasil: o que mudou, nos últimos cinquenta anos?** Disponível em: http://www.econometrix.com.br/publicacoes_academicas/arquivos/1fe0f125badfc4dc108beb8123e316be93fdca0.pdf. Acesso dia, 12 de fevereiro de 2016

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Paz e Terra, 2000

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de pesquisa**: 5ª edição. São Paulo. Atlas, 2010.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**: 6º edição. São Paulo. Atlas 2009.

GIRALDIN, Odair. **O discurso autonomista do Tocantins**: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, O. (Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. Ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 49-88.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Análise estimativa**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidência/noticias/pdef/analise-estimativas-2014.pdf>. Acesso em, 19 jul. 2015.

_____. **Área Territorial Brasileira por Unidade da Federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>. Acesso em, 16 de fev. 2015.

_____. **Censo Demográfico do Tocantins, 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em, 3 de abr.2015.

_____. **Censos Demográficos 2013**. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-doscensos/censosdemograficos.html>. Acesso 20 de jan. 2016.

_____. **Contas Regionais, 1985 a 2008**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 18/01/2010. Acesso em, 4 de abr. 2015

_____. **Contas Regionais, 2012**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf. Acesso em, 5 de jun. 2015.

_____. **Participação das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto– 1985 a 2000**. www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/tabela01.pdf

JAMESON, David McCreery Jr. **A economia de Goiás no século XIX**. In: GIRALDIN, O. (org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. ed., Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p.203-233.

KUPFER, David. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002 – 17ª reimpressão.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas 2009.

LINHARES, Maria Yedda. **Domínios da história**. Organizadores: FLAMARION CARDOSO, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca. **Estrada de ferro: o anúncio das metamorfoses de modernização do território no Sudeste Goiano**. Revista Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 6, n. 1 abr/2012 p.189-217 Página 189. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/viewFile/18768/11026>. Acesso em, 01 de ago. 2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, **Incentivos Fiscais – Histórico**. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/historico3>. Acesso 17 jul. 2014.

NASCIMENTO, Júnio Batista. **Tocantins: história e geografia**. Goiânia: Bandeirantes, 2011.

OLIVEIRA, G. **Uma discussão Sobre o Conceito de Desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf. Acesso em, 5 nov. 2013.

OLIVEIRA, Rosy de. **A “invenção” do Tocantins**. . In: GIRALDIN, O.(Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 13-47.

PALACÍN, Luis. G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. **Históricos do Estado do Tocantins Colonial**. Goiânia: Ed. Da UFG 2007

PUTNAM, Robert D. LEONARD, Robert. NANETTI, Raffaella Y. **COMUNIDADE e DEMOCRACIA: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luis Alberto Monjardim, - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

REDEFOR UNESP. **Geografia do Brasil: formação territorial e padrões especiais**. São Paulo. 2012.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território**. In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A.; Silveira, Maria Laura (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Huctec/Anpur, 1994, p. 15-20.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992. (Coleção Documentos Goianos nº 24).

SAYD, Patrícia Dutra. **Renúncia Fiscal e equidade na distribuição de recursos para a saúde**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Disponível em: teses.icict.fiocruz.br/pdf/saydpdm.pdf. Acesso, 20 de abr. 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território, Territorialidade e Desenvolvimento**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/agroecologia/programa-de-formacao-textos-de-apoio/programa-de-formacao-palestras/territorio-territorialidade-e-desenvolvimento-marcos-aurelio-saquet/view>.

SENRA, Kenson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: do Pós-Guerra (1945-1964), Pós Golpe (1964-1988) e Pós Constituição Federal de 1988**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2009.

SIQUEIRA, Eurípedes Bastos. **Desenvolvimento do Estado de Goiás Sob a Ótica do Planejamento Territorial**. Artigo publicado na Revista CEPPG – Nº 20 – 1/2009 – Páginas 103 à 114.

SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século 21 – A história de um livro.** Revista ACTA Geografia, Ed Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. Pp 151-163.

SOUSA, Nilson Araújo. **De Getúlio a Lula.** 2ª Edição. São Paulo. Atlas, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** 5ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2005.

SOUZA, Antonio Carlos, FIALHO, Francisco, OTANI, Nilo. TCC: **Métodos e Técnicas.** Florianópolis: Visual Boooks, 2007.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira Origem e Desenvolvimento.** Editora Brasiliense S.A. 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.** Campinas: IE_UNICAMP, 1998.

THEIS, Ivo Marcos. **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento.** (Org.). Rogério Leandro Lima da Silveira. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2013.

VÁSQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.